



**Luiza Minerva
Carneiro de Souza**

**Análise da evolução das divulgações na banca
sobre risco desde a adoção do Acordo de Basileia
em Portugal**



**Luiza Minerva
Carneiro de Souza**

**Análise da evolução das divulgações na banca sobre
risco desde a adoção do Acordo de Basileia em
Portugal**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Contabilidade Ramo Auditoria, realizada sob a orientação científica da Doutora Graça Maria do Carmo Azevedo, Professora Coordenadora no Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro e coorientação do Doutor Jonas da Silva Oliveira, Professor Auxiliar no ISCTE Business School do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa.

Dedico este trabalho à minha filha Letícia pelo tempo que não pude dispor com ela.

O júri

Presidente

Doutor João Francisco Carvalho de Sousa
Professor Adjunto da Universidade de Aveiro

Arguente

Doutor Manuel Emílio Mota de Almeida Delgado Castelo Branco
Professor Auxiliar da Universidade do Porto

Orientador

Doutora Graça Maria do Carmo Azevedo
Professora Coordenadora da Universidade de Aveiro

Agradecimentos

Agradeço aos meus orientadores o apoio dado, sem o qual este trabalho não teria este resultado. Agradeço ainda ao meu marido e à minha amiga Ana a presença nos bons e maus momentos.

palavras-chave

Divulgação de risco, acordo de basileia, banca, relatórios de risco, setor financeiro.

resumo

Este trabalho tem como principal objetivo analisar a evolução das divulgações na banca relativamente ao risco, desde a adoção do Acordo de Basileia em Portugal.

Diante do contexto financeiro em que vivemos, o grau de exigência dos utilizadores da informação financeira tem vindo a aumentar. Pelo contrário, o grau de confiança tem diminuído.

Face a esta realidade, pretende-se apurar o nível de divulgação efetivo da banca portuguesa, aquando da divulgação dos seus relatórios de risco.

Para o desenvolvimento da investigação tivemos por base as demonstrações financeiras e os relatórios de gestão dos bancos que atuam no território português, relativos aos anos de 2007, 2010 e 2013, que se encontram disponíveis na página *web* do Banco de Portugal.

Esta investigação permitiu-nos alcançar resultados que evidenciam que o nível de divulgação está associado positivamente com o perfil de cotação, com a dimensão e com o nível de confiança dos depositantes, e que, o nível de divulgação está associado negativamente com a idade e a concentração de capital. Quanto à competência de gestão do risco e à rendibilidade, não se encontram níveis de associação estatisticamente significativos com o nível de divulgação.

Keywords

Disclosure of risk, basel accord, banking, risk reports, financial sector

Abstract

This work aims to analyze the evolution of the disclosures in banking on risk since the adoption of the Basel Accord in Portugal.

Before the financial context in which we live the level of demand of the users of financial information has been increasing. Rather the degree of confidence has declined.

Given this reality it is intended to determine the level of effective dissemination of Portuguese banks in the presentation of the risk reports.

For the development of research we had based on the financial statements and management reports of the banks operating in Portuguese territory, for the years 2007, 2010 and 2013 which are available on the website of the Bank of Portugal.

This research allowed us to achieve results that show that the level of disclosure is positively associated with the quotation profile, the size and the level of confidence of depositors, and that the level of disclosure is negatively associated with age and concentration capital. As for the risk management expertise and profitability, are not statistically significant levels of membership with the level of disclosure.

ÍNDICE GERAL

Índice de tabelas.....	XVII
Lista de abreviaturas e siglas.....	XIX
Introdução	1
1. Enquadramento teórico.....	5
1.1. O setor financeiro internacional e nacional	5
1.2. A regulação bancária e os diversos acordos de basileia.....	12
2. Revisão da literatura.....	21
3. Desenvolvimento do estudo	25
4. Metodologia	31
4.1. Definição da amostra	31
4.2. Variáveis dependentes.....	31
4.3. Variáveis independentes e de controlo	33
4.4. Modelo de estimação	33
5. Resultados.....	35
5.1. Análise descritiva	35
5.2. Análise bivariada	42
5.3. Análise multivariada	44
Conclusão	49
Referências bibliográficas	51

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Variáveis independentes, mensuração e sinal esperado	33
Tabela 2: Informação de risco por item de divulgação.....	35
Tabela 3: Estatística descritiva	40
Tabela 4: Testes de Kruskal-Wallis	42
Tabela 5: Testes de aderência à distribuição normal.....	43
Tabela 6: Matriz de correlações.....	43
Tabela 7: Resultados do modelo de regressão.....	45

ÍNDICE DE ANEXOS

Anexo 1: Instituições financeiras da amostra.....	59
Anexo 2: Grelha dos requisitos de divulgação	60

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

FMI	Fundo Monetário Internacional
GATT	Acordo Geral de Tarifas Aduaneiras e Comercio
BIRD	Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento
AID	Associação Internacional de Desenvolvimento
OMC	Organização Mundial do Comercio
UE	União Europeia
BIS	Bank for International Settlements
IASB	International Accouting Standards Board
CMVM	Comissão de Mercado de valores mobiliários
RS	Rácio de Solvabilidade
FP	Fundos Próprios
AP	Ativos Ponderados
ER	Extrapatrimoniais Reponderados
VAR	Valor em Risco
CET1	Common Equity Tier 1
CET2	Common Equity Tier 2
ROE	Retorno sobre o património

INTRODUÇÃO

A divulgação do risco pelas instituições tem vindo, ao longo dos anos, a sofrer melhorias. No entanto, essas melhorias surgem mais por obrigatoriedade legal do que propriamente por divulgação voluntária. Schrand e Elliott (1998) concluíram no seu estudo que não há incentivos à divulgação voluntária, porque, efetivamente, existem lacunas na investigação empírica, sobre as possíveis ligações entre o custo do capital e a sua respetiva divulgação.

O colapso de vários bancos permitiu o reconhecimento de que o relato financeiro nem sempre é um precedente indicador da situação que acaba por se manifestar. No entanto, há que reconhecer que muito já foi feito para melhorar a regulação bancária, nomeadamente, a adoção dos vários acordos de Basileia, onde estão patentes mecanismos de divulgação de risco.

Assim, o estudo centra-se na divulgação obrigatória de risco.

De acordo com Oliveira, Rodrigues e Craig (2011a) a maior parte dos estudos acerca da divulgação de risco incidem sobre empresas não financeiras. Poucos estudos se debruçam sobre as mudanças nos relatórios de risco como resultado da regulação bancária.

Mokhtar e Mellett (2013) e Miihkinen (2012) consideram que é útil e importante, para os investidores, a divulgação do risco. De tal modo que os organismos e reguladores de normalização desenvolvem um conjunto complexo de normas, de forma a obter mais e melhor informação sobre o risco, conforme relatam Dobler, Lajili e Zéghal (2011) e Frolov (2007). Mas apesar da melhoria e do maior número de requisitos mínimos, não se garante que as empresas forneçam sempre a informação adequada acerca do risco (ICAEW, 2011).

Assim, de acordo com Maffei, Aria, Fiondella, Spanò e Zagaria (2014); Oliveira, Rodrigues e Craig (2011b), entre outros, pretendemos avaliar os conteúdos das informações dadas nas demonstrações financeiras, face ao relatório de gestão de 23 instituições bancárias que operam no território nacional, com base numa análise do conteúdo dos dois relatórios obrigatórios. O estudo envolve a observação da presença / ausência de um conjunto padrão de características

em cada secção de risco, dos relatórios acima referidos, juntamente com as seguintes características:

- a dimensão da instituição financeira;
- o perfil de cotação da instituição financeira;
- a idade da instituição financeira;
- o nível de confiança dos depositantes da instituição financeira;
- a competência de gestão de risco da instituição financeira;
- a estrutura do capital próprio da instituição financeira;
- o valor da rendibilidade operacional do ativo da instituição financeira.

A análise foi realizada para compreender os fatores específicos do banco, como a rendibilidade, as medidas de risco e características do governo das sociedades, para explicar se têm uma influência sobre as informações divulgadas nos relatórios examinados.

O interesse deste estudo poderá ir além do interesse académico, fornecendo dados suscetíveis de levar à alteração de normas, quer Contabilísticas, quer de Supervisão Bancária. Espera-se, assim, que o mesmo seja precedido de outros estudos nacionais e internacionais, de forma a contribuir para um melhor conhecimento dos utilizadores desta informação, do setor bancário, podendo assim contribuir para um melhor conhecimento do risco.

O cenário atual da Banca Portuguesa torna qualquer investigação sobre temáticas relacionadas com o risco bastante apetecíveis e motivadores. E a perspetiva de que haverá diferença quer na quantidade quer nas características da divulgação de risco parece ser o resultado esperado. Neste sentido, torna-se interessante efetuar este estudo devido à escassez de literatura sobre o assunto em Portugal, nomeadamente estudos que sejam mistos.

Nesta perspetiva, e devido à falta de estudos neste âmbito, surge a seguinte questão de investigação:

As divulgações na Banca Portuguesa sobre riscos alteraram, após a adoção dos diferentes acordos de Basileia?

Pretende-se, assim, verificar de que modo o relato financeiro do sector bancário reflete e responde às preocupações dos interessados. Deste modo, pretende-se comparar as informações dadas nas demonstrações financeiras

face ao relatório de gestão, de forma a verificar se existem evidências da evolução, na divulgação, como resultado na regulação que advém do Acordo de Basileia.

O nosso projeto passará assim por seis fases importantes:

- a primeira fase é uma breve introdução ao tema;
- a segunda fase vai concentrar-se nos pontos fortes e fracos resultantes da regulamentação da divulgação de risco, descrevendo algumas contribuições para a literatura deste tema e as conclusões retiradas nesses estudos;
- a terceira fase é quando definimos a metodologia utilizada para a realização e tratamento da informação adquirida, sendo também especificada a nossa amostra, as variáveis em estudo e as hipóteses a estudar;
- a quarta fase passará pela exposição dos dados analisados;
- a quinta por discutir as conclusões e limitações à investigação;
- por fim, a sexta, onde se propõe sugestões de pesquisas futuras.

1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1.1. O Setor Financeiro Internacional e Nacional

Evolução Histórica

Após a segunda guerra mundial, em 1945, surge a necessidade de reconstruir a economia. A experiência vivida no período anterior à eclosão do conflito, nomeadamente no que respeita a falta de cooperação, rivalidades, desvalorização competitiva, além da pouca importância que foi dada à grande crise dos anos 30 influenciou decisivamente todas as condições que levaram ao conflito mundial. Neste sentido, as nações mundiais procuraram criar um sistema de relações internacionais que fosse baseado na responsabilidade coletiva, surgindo desta forma o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e o Acordo Geral de Tarifas Aduaneiras e Comércio, que ficaram conhecidos como Sistema de Bretton Woods (Mendonça, Faustino, Branco & Filipe, 1998).

Fundo Monetário Internacional (FMI)

Na conferência de Bretton Woods, em New Hampshire, EUA, em Julho de 1944, foi criada esta organização internacional com o intuito de reconstruir o sistema monetário internacional após, a segunda guerra mundial. Nesta conferência estiveram presentes 44 países, os quais tendo em conta a grande depressão dos anos 30, decidiram, como objetivo do FMI, orientar e ajudar as economias, de modo a evitar crises, fomentar o comércio internacional e a cooperação económica entre os países, evitando a repetição das desvalorizações ocorridas. Participam atualmente 188 países.

O FMI tem como principal objetivo garantir a estabilidade do sistema monetário Internacional, relativamente às taxas de câmbio utilizadas nas transações financeiras internacionais. Para tal, o FMI utiliza um sistema de vigilância dos seus membros, incentivando a estabilidade económica, a redução da vulnerabilidade económica e das crises financeiras. Sempre que há desequilíbrios, pode ativar o financiamento (assistência Financeira) que permite aos membros corrigir os seus desequilíbrios. Esse financiamento tem sempre subjacente um programa de ajustamento e a continuidade do apoio financeiro

depende sempre da aplicação e eficácia do programa implantado. Por tal, o FMI oferece ainda apoio técnico aos países membros com dificuldades financeiras de modo a serem aplicadas políticas mais eficazes de gestão de despesa, política monetária, cambial e fiscal.

Esta instituição é constituída à imagem de uma sociedade por ações, onde cada estado dispõe de um direito de voto proporcional à respetiva quota.

A par das suas funções de pagamento, o FMI facilita as transações de divisas entre seus membros, fornecendo-lhes créditos. A partir de 1969, esta instituição, através da emissão dos Direitos de Saque Especial, possibilitou a criação de liquidez internacional e também tem vindo, ao longo do tempo, a multiplicar os seus mecanismos de financiamento, permanente ou excecional.

Obviamente, para que tudo isso aconteça torna-se necessário que haja recursos financeiros. O FMI obtém esses recursos através das cotas dos seus membros, ação que é feita conforme as subscrições realizadas por cada país membro.

Banco Mundial

O Banco Mundial tem origem no Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) criado na conferência de Bretton Woods, em New Hampshire, EUA, em Julho de 1944, com a missão de atuar como financiador da reconstrução e desenvolvimento dos países devastados pela Segunda Guerra Mundial. O Banco Mundial teve, desta forma, uma evolução no sentido de prestar assistência financeira e técnica aos países que se encontram em vias de desenvolvimento, através da redução dos níveis de pobreza e de uma melhoria da qualidade de vida dos seus cidadãos. O Banco Mundial concede empréstimos com taxas de juro reduzido ou sem juros, mediante a apresentação de projetos que tenham em vista a melhoria de infraestruturas, educação, saúde e outros aspetos essenciais para o bom desenvolvimento dos cidadãos destes países.

Tal como o FMI, o Banco Mundial tem 188 membros que se reúnem anualmente, dividido em duas entidades/organizações com objetivos distintos:

- BIRD, que se destina a financiar os países com economias médias, com poucos recursos financeiros, mas com bons antecedentes de créditos. A

obtenção de recursos desta entidade é basicamente originária da venda de títulos nos mercados internacionais de capital.

- Associação Internacional de Desenvolvimento (AID), tem como objetivo a redução da pobreza, por isso financia os países mais pobres aos quais proporciona empréstimos sem juros e outros serviços. Nesta entidade, a fonte de financiamento é feita através das contribuições dos membros economicamente mais fortes.

Acordo Geral de Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT)

O GATT, tal como o FMI e o Banco Mundial, nasceu na conferência de Bretton Woods, em New Hampshire, EUA, em Julho de 1944, sendo o acordo finalizado em 1947. A sua criação temporária teve como objetivo futuro a criação da Organização Mundial do Comércio (OMC). Este acordo determina um conjunto de normas e concessões tarifárias e tem como objetivo a harmonização da política aduaneira entre países.

Ao longo dos anos houve bastantes alterações originárias das oito rondas de negociações comerciais que decorreram entre 1947 e a atualidade, sendo que em 1986 a denominada “Rodada Uruguai” conduziu à criação da OMC.

Atualmente, a sua atuação passa, essencialmente, por:

- dirigir acordos comerciais;
- dinamizar negociações comerciais;
- moderar disputas comerciais;
- contribuir para a revisão de políticas comerciais nacionais;
- apoiar políticas de exportação com assistência técnica e formação;
- cooperar com outras organizações.

Globalização

Muitos produtos que utilizamos no dia-a-dia são produzidos fora do nosso país. Isso acontece porque, por um lado a produção nacional é insuficiente para assegurar as necessidades da população e, por outro lado, muitos dos bens que consumimos não se produzem em território nacional. Tradicionalmente, os bens são produzidos nos países que têm maior facilidade de acesso às matérias-primas ou que dispõem de mão-de-obra ou outras condições que favorecem a produção desses bens. Por esta razão, os países têm

necessidade de efetuar trocas uns com os outros para conseguirem obter os bens que necessitam.

O Comércio Internacional é o resultado de uma divisão do trabalho que se realiza à escala mundial. A “troca” internacional é necessária porque, como falamos anteriormente, os países não conseguem produzir o conjunto dos bens e serviços que têm necessidade. Os países europeus têm necessidade de matérias-primas que eles não possuem, enquanto outros países desejam obter os seus produtos de alta tecnologia. Portanto, cada país pode especializar-se na produção de certos tipos de bens e realizar trocas com os países que disponham de uma outra especialização.

Temos vindo a presenciar, nas últimas décadas, o desenvolvimento acelerado do Comércio Internacional. A mundialização das trocas, juntamente com a globalização, tem provocado profundas alterações na forma como os países se relacionam uns com os outros. Os interesses económicos, associados às relações comerciais, fazem com que se criem laços e os países se aliem de modo a promover o comércio entre si.

A globalização do setor financeiro

Alguns autores definem a globalização financeira como sendo um processo onde os mercados de capitais se interligam, quer a nível nacional como internacional, dando origem a uma uniformização do mercado financeiro mundial, tornando o mundo numa “aldeia global”.

O fenómeno da globalização é complexo, uma vez que não existe uma distinção clara entre os mercados nacionais e internacionais. Vejamos o exemplo do setor financeiro, onde grandes grupos económicos, multinacionais, holdings, entre outras, partem de uma estrutura consolidada no mercado interno para realizar operações sem ter em conta onde operam. Estas grandes companhias são designadas de empresas supranacionais, que usufruem na sua generalidade de benefícios fiscais, devido ao tratamento desigual que recebem dos governos dos países onde operam. Esta situação permite o crescimento acelerado e consequentemente a obtenção de maior lucro.

Stiglitz (2002, p. 59) lembra que na esfera global não existe um órgão regulador que seja responsável perante as populações de todos os países, que

supervisione o processo da globalização, da mesma maneira que os estados nacionais orientam o processo de nacionalização. Essa falta de regulação, na opinião do autor, gera o que se pode definir como “uma gestão global sem governo global”, em que algumas instituições dominam, como o Banco Mundial, o FMI e a OMC. Estas instituições estão ligadas a alguns agentes internos como o Ministério das Finanças, o comércio e a indústria, mas nem sempre esta ligação é favorável, pois os organismos internos são afetados pelas decisões destas instituições internacionais sendo que quase nunca têm voz.

Teixeira & Tavares-Lehmann (2007) refere que uma empresa multinacional só realiza investimentos num país quando lhes são asseguradas condições para isso e também se o investimento tiver um retorno superior a um investimento efetuado nas mesmas condições noutro país.

Embora estes dois autores tenham uma visão pouco benéfica para o sistema económico mundial, torna-se importante salientar que a globalização tem também benefícios, embora os mesmos sejam, quase na sua generalidade, afetados por uma má distribuição de renda, o que poderá gerar descontentamentos.

Entre os aspetos positivos da globalização, Krugman & Venables (1995), em “Globalization and the inequality of nations”, referem que a interação entre a economia de escala e os custos de transporte beneficiam o desenvolvimento económico global, mencionando que a interação entre as economias dos países do centro e da periferia global trazem benefícios económicos para ambas.

Integração Económica

A integração económica acontece quando países de características económicas similares e interesses comuns se unem com vista a alargar os seus mercados, cuja dimensão dependerá das decisões políticas (Balassa, 1972). Na sua generalidade, a integração económica acontece com o surgimento de blocos económicos - países que se juntam para fomentar relações comerciais, por exemplo o Mercosul ou a União Europeia. O impacto exercido pela integração económica no mercado de trabalho, no comércio

internacional, na liberdade de movimentação e na qualidade de vida da população varia a intensidade de acordo com o nível de desenvolvimento das nações.

No que respeita à definição de integração económica, Balassa (1972) define este processo como sendo um processo que implica medidas destinadas à abolição de discriminações entre unidades económicas de diferentes estados, nomeadamente a supressão de barreiras aduaneiras. Este autor também refere que não se deve confundir o conceito de integração com a cooperação, uma vez que essa diferença não é só de cariz qualitativo mas também quantitativo. Segundo o autor, a cooperação económica pressupõe uma ação na qual existe uma tendência de diminuir a discriminação, no entanto, o processo de integração é bem mais do que isso, ou seja, pressupõe medidas que conduzem à supressão de certas barreiras.

Segundo este, a integração económica pode apresentar várias formas, de acordo com o grau de integração, sendo classificada como:

- Zona de comércio livre: neste tipo de integração os direitos são abolidos entre os países participantes. O autor chama a esta situação, restrições quantitativas. Quanto aos países terceiros, cada país mantém uma pauta própria.
- União aduaneira: além da supressão das barreiras ao movimento de mercadorias no interior da união, defende a igualização dos direitos em relação ao comércio com países não membros. Elimina-se assim a pauta própria.
- Mercado Comum: atinge uma forma mais elevada de integração, em que são abolidas não só as restrições comerciais, mas também as restrições aos movimentos de fatores produtivos.
- União económica: distingue-se de um mercado comum por associar a supressão de restrições aos movimentos de mercadoria e fatores com um certo grau de harmonização das políticas económicas nacionais, de forma a abolir as discriminações resultantes das disparidades existentes entre as políticas.
- Integração económica total: pressupõe a unificação das políticas monetárias, fiscais, sociais e anti cíclicas e exige o estabelecimento de uma

autoridade supranacional, cujas decisões são obrigatórias para os estados membros.

Tomando em consideração as definições acima citadas, da teoria da integração de Balassa (1972), podemos concluir que a teoria da integração económica está intimamente ligada aos efeitos económicos da integração nas suas diversas formas e com os problemas que resultam das divergências existentes entre as políticas nacionais monetárias, fiscais, etc. A teoria da integração para este mesmo autor deve ser encarada como um aspeto da economia internacional, na medida em que se analisa a influência de uma fusão de mercados com o crescimento e coordenação das políticas económicas.

Como um exemplo de integração económica temos a União Europeia.

O caso do euro:

Após o final da segunda guerra mundial, com a necessidade de manter a paz e com vista a reconstrução económica, sente-se a necessidade de reforçar a cooperação entre os países e em especial o comércio livre. O tratado de Maastricht selou o compromisso da União Europeia com a criação de uma união estreita entre os povos da Europa. A União Económica e Monetária obrigaram a um aprofundamento da integração a nível político e o lançamento do Euro tornou-se um marco importante na integração económica.

De acordo com a Comissão Europeia (2015):

O euro faz parte da vida quotidiana dos cidadãos de 19 Estados Membros da União Europeia (UE). Em circulação desde 2002, o euro é a moeda que mais de 337 milhões de pessoas utilizam para satisfazer as suas necessidades de todos os dias, para poupar para amanhã ou para investir no futuro. Atualmente, é a segunda moeda mais importante do mundo, logo a seguir ao dólar norte-americano, constituindo um exemplo único de cooperação monetária sólida e em grande escala entre países soberanos.
(p.3)

Embora existam alguns autores que consideram que a Europa tem uma construção limitada, por exemplo Samir (2000) que na sua obra, que tem por objetivo enumerar os desafios da mundialização, refere que a falta de consenso político limita o avanço de um espaço económico europeu

devidamente integrado, o que faz com que o autor considere que haja somente um “espaço comercial aberto” que está muito longe de ser um espaço económico integrado.

Este autor também considera que todas as vezes que o projeto europeu se depara com um obstáculo, que tenha em vista interesses comuns em detrimento da soberania nacional, esses limites não são ultrapassados, sendo que cada país não permite que o interesse de todos se sobreponha ao interesse nacional.

1.2. A regulação bancária e os diversos Acordos de Basileia

O contexto da regulação bancária

Segundo Woods Dowd & Humphrey (2008) a regulação para o setor financeiro é bastante complexo, uma vez que os regulamentos são formulados por uma série de organismos diferentes: o Bank for International Settlements (BIS) ou Comitê de Basileia, o International Accounting Standards Board (IASB), os supervisores bancários nacionais e os normalizadores contabilísticos. Os regulamentos que são gerados por estes organismos têm como objetivo definir o conteúdo/estilo dos relatórios anuais, reportando-se aos organismos de supervisão nacional (como o Banco de Portugal), bem como os do mercado de capitais onde operam (neste caso a comissão de Valores Mobiliários (CMVM)). Quando as instituições operam a um nível global, têm de cumprir com múltiplos requisitos jurisdicionais.

A nível global, as regras básicas de regulação são estabelecidas nos relatórios do Comité de Basileia.

Basileia I

Em 1962 surge o Comité de Supervisão Bancária de Basileia (Basel Committee on Banking Supervision) criado pelos representantes dos governos centrais da Bélgica, Canadá, Estados Unidos, França, Holanda, Itália, Japão e Reino Unido e dos bancos centrais da Alemanha Ocidental e Suécia. A Suíça foi incluída em 1964.

As reuniões deste comité realizam-se na sede do banco Internacional de Compensações na Suíça, sendo que este banco é reconhecido pela certificação das transações internacionais e por criar as recomendações que se tornam geralmente normas dos bancos centrais a nível mundial.

O comité tem como objetivo a estabilidade do sistema financeiro, estabelecendo linhas de conduta para o mercado.

Como precaução contra o risco de crédito surge, em 1988, na cidade de Basileia (Suíça), por iniciativa do Comité, o acordo de Basileia.

Este acordo teve como principal finalidade a imposição de exigências mínimas de capital a respeitar pelos bancos comerciais. O acordo estabeleceu o rácio de solvabilidade (RS) aplicável aos bancos e às instituições de créditos.

O RS resulta do coeficiente entre os fundos próprios corrigidos (FP) e a soma dos ativos ponderados (AP) e dos elementos extrapatrimoniais reponderados (ER), com coeficientes de risco de 0% a 100%.

A determinação do FP é efetuada através do Capital Próprio deduzido dos resultados negativos, das imobilizações incorpóreas, do capital não realizado, das ações próprias, das participações financeiras em instituições financeiras e de outros elementos não especificados. O RS estabelecido como mínimo é de 8%.

Resultam então as seguintes fórmulas:

$$RS = FP / (AP + ER) \text{ e } RS \geq 8\%$$

No entanto, o acordo de Basileia I não contemplou o risco de mercado (veja-se os casos das falências ligadas a este risco: Orange County, Daiwa, Metallgesellschaft, Bankers trust, Banco Barings, entre outras.), surgindo assim a sugestão, em 1996, de dois métodos de cálculo de capital para fazer face ao risco de mercado: o método *standard* e o método dos modelos internos.

Em agosto de 1996, o banco central dos EUA autorizou os bancos americanos, a calcular o seu valor em risco (VAR) e o respetivo montante de fundos próprios exigidos à utilização das orientações do comité de Basileia. O VAR é o método de avaliação de risco de uma carteira de investimentos, sendo a perda

máxima provável, tendo em conta um certo nível de confiança num determinado horizonte temporal.

As metodologias VAR não pressupõem momentos de grandes crises financeiras, baseiam-se em alguma estabilidade.

Metodologias de cálculo do VAR:

- Paramétricas (baseadas na variância e covariância e tendo em conta o retorno dos ativos): Modelo estatístico de Gauss, Modelo estatístico de Distribuição de Student, os modelos de tipo Garch e o modelo RiskMetrics
- Não paramétricas (baseadas no histórico dos retornos): Simulação Histórica e Simulação de Monte Carlo.

Baseado em modelos científicos, o VAR tem como objetivo proporcionar aos seus utilizadores uma avaliação quantificada do risco de mercado, considerando diferentes níveis de confiança. Após a quantificação dos riscos, é possível tomar decisões no sentido de contrariar o risco através dos instrumentos financeiros de cobertura.

Interessa, assim, às instituições bancárias conhecer qual a probabilidade de perda na sua carteira de investimentos, sabendo assim atempadamente o risco que incorre a sua instituição. Assim, e conforme o acordo de capital de 1988, foi definido que a principal forma de eleger fundos próprios (fundos próprios de primeira categoria) de forma a cobrir os riscos de mercado, é com capital social ou com a retenção dos lucros (Tier I capital) e também com fundos próprios suplementares (Tier II capital).

Vem, no entanto, o comité permitir também passivos subordinados a curto prazo (Tier III capital), segundo uma determinada proporção e alguns condicionalismos:

Tier I e Tier II cobrem riscos de crédito e contrapartida. Tier III cobre apenas riscos de mercado;

Fundo próprios Tier III ficam limitados a 250% dos fundos próprios para efeitos de cobertura de riscos de mercado de Tier I;

Os fundos próprios de Tier II podem ser substituídos pelos fundos Tier III (limite de 250%). Tier II não excede o Tier I e Tier III não excede 50% do Tier I;

Defende-se ainda que Tier I deve representar pelo menos metade dos fundos (Tier II e Tier III não devem exceder Tier I). Este condicionalismo fica ao critério da autoridade de supervisão de cada nação;

Os passivos de Tier III têm de possuir um prazo de vencimento, de pelo menos dois anos, não podendo ser reembolsáveis antes da data acordada (salvo acordo com a autoridade de supervisão). Estarão ainda sujeitos a Lock in (em caso de insolvência os demais credores receberão primeiro).

Em 1996, quando se tornou necessário a regulamentação adicional para responder ao crescente risco de mercado, surgiu o documento *The Accord Amendment for Market Risk* (Bank International Supervision, 1996), com a finalidade de responder também a esse risco.

Basileia II

O acordo do Basileia II, publicado em 2004 e em vigor a partir de 1 de janeiro de 2008, surge da necessidade de acompanhar as tendências evolutivas do mercado financeiro com a legislação em vigor, nomeadamente o Basileia I (International Convergence of Capital Measurement and Capital Standards) e legislação adicional publicada (Amendment to the Capital Accord to Incorporate Market Risks). O Basileia II, além de manter o risco de crédito e risco de mercado, constantes do acordo de 1988 e da legislação de 1996, com algumas alterações, contempla também a integração do risco operacional (Bank for International settlements, 2005).

Para a conceção do Basileia II, foram fundamentais três orientações:

- Em relação aos Requisitos de Capital, a orientação é que, diante desta nova abordagem, as instituições financeiras devem ser mais sensíveis ao risco, de modo que os diferentes níveis de fundos próprios ou de capital, acompanhem o nível de complexidade para a determinação dos requisitos de capital, permitindo aumentar a sensibilidade dos requisitos

mínimos de fundos próprios à realidade de cada instituição financeira, incluindo o risco operacional.

- No que se refere ao regime de adequação de capital, as orientações surgem para que as instituições não se limitem aos limites mínimos dos rácios, de forma que a atuação das autoridades de supervisão e disciplina de mercado tenham um papel relevante neste âmbito.
- No que respeita a difusão de melhores práticas no sistema financeiro, a orientação é no sentido de que haja um conjunto de incentivos à adoção de mecanismos de mensuração e gestão de risco, uma vez que o grau de solvabilidade depende, em grande parte, da eficiência da estrutura de gestão, do controlo interno e da cultura das instituições.

Alicerçado no objetivo de estabilizar o setor financeiro, no acordo de Basileia II, são propostos para a determinação dos requisitos mínimos de capital, os seguintes métodos de avaliação de risco:

- Risco de crédito – Método das notações internas e padrão;
- Risco de mercado – Método dos modelos Internos e Standard;
- Risco Operacional – Método padrão, de medição avançada e método do indicador básico.

O acordo de Basileia II assenta em três pilares:

- PILAR I – Requisitos Mínimos de Capital;
- PILAR II – Processo de Supervisão;
- PILAR III – Disciplina de Mercado.

O pilar I consiste numa revisão e melhoramento das indicações previstas no Acordo anterior, ou seja, o pilar I permite que o cálculo dos requisitos mínimos de fundos próprios seja efetuado com base na realidade de cada instituição financeira, de forma a reduzir os riscos de falência (através da criação de limites de segurança para fazer face às perdas), garantir o acesso aos mercados (de modo a satisfazer as necessidades de liquidez), bem como incentivar a gestão do risco.

O pilar II tem como principal objetivo o reforço do processo de avaliação pelas autoridades de supervisão, o qual agrega um conjunto de princípios destinados

a reforçar a ligação entre perfil de risco da instituição financeira, a sua gestão de risco, os sistemas de mitigação de risco e os fundos próprios.

Segundo o Basel Committee on Banking Supervision (2001), o novo acordo de Basileia baseia-se num conjunto de princípios orientadores, que têm como objetivo estabelecer procedimentos para que as instituições financeiras possam identificar e medir todos os riscos e avaliar a adequabilidade do seu capital interno em relação ao seu perfil de risco, bem como a sua estratégia e plano de negócio, de modo a garantir a existência de fundos próprios suficientes para compensar os efeitos adversos de todos os riscos inerentes às atividades desenvolvidas.

Basileia III

Na sequência da crise financeira internacional, crise do subprime, várias instituições financeiras entraram em situação de insolvência, deixando a descoberto as vulnerabilidades da regulação do sistema financeiro. Neste contexto, o Comité de Basileia de Supervisão Bancária apresentou, em dezembro de 2010, diversas propostas no sentido de desenvolver um programa de reformas destinado a reforçar a regulação global sobre o capital e a liquidez (Bank for International settlements, 2010).

Este conjunto de alterações regulamentares integra reformas extremamente importantes no âmbito do capital, liquidez e rácio de alavancagem. Estas alterações regulamentares, que cuja aplicação teve início em 2013, serão incorporadas no direito comunitário através da revisão da Capital Requirement Directive (processo de revisão designada por CRD IV).

O objetivo explícito do novo Basileia é melhorar a capacidade do sector bancário para enfrentar situações adversas, nomeadamente, no que respeita à absolvição de choques resultantes de possíveis crises Internacionais, englobando medidas destinadas, tanto a reduzir o risco específico de cada instituição, como os riscos sistémicos. Neste sentido, considerando que a predominância no capital deverá ser as ações ordinárias, reservas e resultados transitados, o comité de Basileia de Supervisão bancária reestruturou de forma integral os componentes dos fundos próprios, que passaram a corresponder da

seguinte forma: Common Equity Tier 1 (CET1) e Common Equity Tier 2 (CET2).

- O “Common Equity Tier 1” e “Additional Going-Concern Capital” consistem na soma dos elementos seguintes:
 - ✓ As ações ordinárias emitidas pelo banco, que atendam aos critérios de classificação como ações ordinárias, para fins de regulação;
 - ✓ Existências excedentárias (prêmio de emissão) resultantes da emissão de instrumentos incluindo CET1;
 - ✓ Lucros acumulados;
 - ✓ Outros resultados abrangentes, e outras reservas divulgadas, acumulados;
 - ✓ As ações ordinárias emitidas por subsidiárias consolidadas do Banco e detidas por terceiros (ou seja, a participação minoritária) que atendam aos critérios de inclusão no CET1;
 - ✓ Ajustes regulamentares aplicadas no cálculo do CET1.
- Tier 2 capital (gone-concern capital, ou capital regulamentar disponível para absorver prejuízos, numa perspectiva de liquidação de uma instituição). consiste na soma dos elementos seguintes:
 - ✓ Os instrumentos emitidos pelo banco que atendam aos critérios de inclusão no nível 2 de capital (e não estão incluídos no capital de nível 1);
 - ✓ Existências excedentárias (prêmio de emissão) resultantes da emissão de instrumentos incluído no capital de Nível 2;
 - ✓ Os instrumentos emitidos por subsidiárias consolidadas do banco e detidos por terceiros, as partes que cumpram os critérios de inclusão no capital de Nível 2 e não estão incluídos em capital de nível 1;
 - ✓ Perda de empréstimos;
 - ✓ Ajustes regulamentares aplicadas no cálculo do capital de Nível 2.

Considerando que estas alterações irão ser incorporadas na legislação comunitária, verificam-se melhorias na permanência e na qualidade de absorção de prejuízos, no que respeita ao capital da instituição.

Adoção do acordo de Basileia em Portugal

Na sequência da publicação do Basileia II, foram adotadas as diretivas comunitárias 2006/48/CE, relativas ao acesso à atividade das instituições de crédito e ao seu exercício, e 2006/49/CE, relativa à adequação dos fundos próprios das empresas de investimento e das instituições de crédito, de 14 de junho, transposta para o ordenamento jurídico nacional pelo Decreto-lei nº 103/2007 e 104/2007, ambos de 3 de abril. Posteriormente, o Banco de Portugal emitiu cinco avisos (nº 5, 6, 7, 8, 9 e 10) contendo instruções de desenvolvimentos técnicos.

2. REVISÃO DA LITERATURA

As organizações podem ver os seus objetivos frustrados sempre que os vários *stakeholders* se sintam prejudicados pelas suas ações e os seus direitos violados. Já ao sentirem o benefício, o apoio pode surgir (FreemanWicks & Parmar, 2004).

Não será assim de estranhar que as organizações forneçam a informação necessária a satisfazer os *stakeholders*, visto que os mesmos são importantes para a sobrevivência da organização (Guthrie, Petty, Yongvanich & Ricceri, 2004).

Assim a informação dada varia com a importância e o peso que os *stakeholders* possam ter para e em cada organização.

Neste sentido, a divulgação é considerada como representando uma estratégia importante para gerir os *stakeholders* (Deegan, 2002; Deegan & Unerman, 2011).

Na generalidade considera-se que há insuficiente divulgação de risco e que os estudos existentes são poucos. Já Woods, Kajüter e Linsley (2007) consideravam haver assim espaço para investigação, confirmando, neste sentido, o que Linsley, Shrives e Crumpton (2006) consideraram ser poucas tentativas de investigação sobre a evolução na divulgação do risco. Miihkinen (2012) reforça que a evidência empírica de testar o risco na divulgação não tem sido muito presente.

Segundo Barakat e Hussainey (2013), Oliveira et al. (2011a) e Avram e Skully (2008) poucos estudos abordaram as mudanças que tiveram lugar nos relatórios de risco bancário em resultado dos desafios na regulação bancária.

Não é, então, de estranhar que já Huang (2006) considerasse que a importância da divulgação da contabilidade, dentro das instituições bancárias, atingisse um nível de importância elevado quando comparado às empresas não financeiras.

A teoria da legitimidade e a teoria dos *stakeholders* permitem analisar o impacto que o relato financeiro do sector bancário tem na sociedade onde se insere e nos diversos *stakeholders*.

Podem assim recorrer a várias estratégias para legitimar o sector com o objetivo de ganhar, manter ou reparar a legitimidade. Entre essas estratégias, temos a divulgação da informação de forma voluntária. Segundo Deegan e Unerman (2011) a teoria da legitimidade pode explicar a adoção de certas práticas de divulgação da contabilidade financeira por várias organizações.

De acordo com O'Donovan (2002), a legitimidade representa um relacionamento entre a empresa e os seus *stakeholders*, que a empresa deve manter atual.

A sociedade tem expectativas sobre como as organizações devem realizar as suas atividades, sejam essas expectativas implícitas ou explícitas (Guthrie et al., 2004).

Quando ocorrem crises, há a necessidade de reparar a imagem da organização. O relatório anual da organização é usado de forma a influenciar os seus utilizadores apresentando informações adicionais de carácter social (O'Donovan, 2002).

Brown e Deegan (1999) concluem que o relatório anual é utilizado pela administração para responder à pressão da opinião pública, especialmente como resposta a pressões negativas da imprensa (citado em O'Donovan, 2002).

Alguns estudos referem os benefícios das recomendações do Basileia III, no entanto, os mesmos estudos referem algumas reservas em alguns pontos.

Deste modo Harle et al. (2010) concluem no seu estudo que para que as recomendações do Basileia III sejam implementadas, haverá um elevado custo, que se relacionará com o ativo do Banco, afetando os lucros do setor bancário. É expectável a redução do Retorno sobre o Patrimônio (ROE) na Europa em cerca de 4 pontos percentuais e de 3 pontos percentuais nos EUA. No entanto, os bancos já começaram a tomar medidas com vista à redução deste impacto, tais como reduções drásticas de custos e ajustamentos de preços. Assim, os autores consideram o Basileia III um ponto de viragem dando origem a

mudanças nos regulamentos que afetarão o funcionamento de todo o setor bancário. Obviamente que esta implantação será demorada e terá como objetivo recuperar os níveis de lucro anteriores à crise.

Esta opinião é partilhada por Nucu (2011), onde num estudo, que teve por base a Roménia comparativamente a União Europeia, verificou a aplicabilidade das recomendações do Basileia III, pós crise financeira. Os valores da redução do ROE foram equivalentes ao estudo anterior, no entanto, acresceu o resultado específico aos bancos Romenos visto que os ativos destes bancos são muito baixos e por isso o impacto será mínimo.

Arnold, Borio, Ellis e Moshirian (2012) debruçaram-se sobre o estudo dos problemas a serem resolvidos para a promoção da estabilidade financeira. Deste modo, concluíram que muito falta fazer para entender o impacto real do risco sistemático e sobre de que forma, política, o vamos controlar. Este, segundo os autores, é o maior desafio dos próximos anos para o setor bancário.

Vallascas e Keasy (2012) debruçaram-se sobre os riscos que o setor bancário enfrenta sempre que se aventura em vários mercados. Assim, e face ao estudo, recomendam algum controlo no aumento de riscos sistemáticos criando um limite máximo no tamanho absoluto do banco. Neste sentido, os pequenos bancos deveriam evitar grandes exposições fora do país e trabalhar em pequenas economias. Os bancos maiores deverão, caso a caso, fazer os seus próprios limites mesmo quando trabalham com grandes economias.

Wignall-Blundell e Atkinson (2010) encontraram algumas lacunas sobre os rácios mínimos e o aumento de capital na realidade, visto que consideram insuficientes as recomendações do Basileia III, permitindo que os bancos possam mover fundos para outros setores financeiros com supervisão menos rigorosa, como por exemplo, o setor dos Seguros, manipulando assim os balanços patrimoniais. Consideram, no entanto, que são excelentes as recomendações relativamente ao rácio de alavancagem, almofada de capital e a proposta pró-cíclica para a previsão de perdas estimadas. Estas recomendações permitem aos bancos um maior controlo para que evitem riscos desnecessários, com o objetivo de aumentar o crescimento.

Hyun e Rhee (2011) verificaram o impacto que a implementação do Basileia III pode ter, relativamente aos rácios mínimos, uma vez que os bancos poderão optar por uma redução do crédito, com a consequente redução da atividade económica do país, especialmente em alturas de crise, em discernimento do aumento e qualidade do seu capital.

Já Pakravan (2011) considera que os novos regulamentos deverão ser aplicados de forma simples, transparentes e com o objetivo de contabilização dos bancos, sem excessivo aumento da pressão dos requisitos de capital e regulamentação rigorosa, de forma a não trazer impacto negativo na economia, trazendo, aos bancos, de novo a função de intermediário financeiro com redução de riscos e de custos financeiros.

Yilmaz (2009) é um crítico do Basileia III pois considera que o mesmo, apesar de prevenir ou mesmo reduzir o risco de falência dos bancos, é um entrave ao processo de crédito às economias dos países, originando falta de liquidez e a redução do PIB. Não quer dizer com isto que o autor não considere as recomendações importantes, apenas considera que a sua implementação deve ser cautelosa e de forma a evitar um impacto negativo na economia.

Ao encontro com este estudo, surgem Cosimano e Hakura (2011), que constatarem que se espera uma redução do crescimento económico real a nível mundial. No seu estudo, que tinha como objetivo investigar o impacto das recomendações de capitais mínimos sobre o juro e o crescimento do crédito, e que incidiu sobre os 100 maiores bancos mundiais, conclui-se que existe a necessidade de aumento do rácio de capital próprio em 1.3 pontos percentuais a longo prazo. Como consequência haverá uma queda no crédito bancário na ordem de 4.6 pontos percentuais, nas economias desenvolvidas que sofreram a crise financeira entre 2007 e 2009, e de 14.8 pontos percentuais nos que não foram afetados pela crise. Obviamente esta variação será diferente em cada país.

3. DESENVOLVIMENTO DO ESTUDO

Objetivos e questões de investigação

Devido à falta de estudos neste âmbito, surge a seguinte questão de investigação:

As divulgações na Banca Portuguesa sobre riscos alteraram, após a adoção dos diferentes acordos de Basileia?

Para dar resposta à questão de investigação surge o seguinte objetivo: Adquirir maior conhecimento sobre o impacto da transposição das várias diretivas do Acordo de Basileia na divulgação do risco de 2007 (ano da implementação), 2010 e 2013.

Para tal, o estudo irá debruçar-se sobre as seguintes Hipóteses de Investigação:

Dimensão

Existe grande consenso nos estudos que consideram haver grande relação entre a dimensão da empresa e o grau de divulgação (Raffounier, 1995, Wallace et al., 1994, Ahmed e Courtis, 1999, Cooke, 1989). Considera-se que o aumento da divulgação reduz a informação assimétrica (Brüggen et al., 2009 e García-Meca et al., 2005) e como os custos de agência aumentam com o tamanho da empresa a divulgação é a uma forma de redução dos conflitos e controlar os custos (Chow e Wong-Boren, 1987). A necessidade de informação aumenta quanto maior for a dimensão da empresa (García-Meca et al., 2005). A dimensão corresponde ao valor do ativo.

Considera-se assim grande possibilidade de associação positiva.

Surge assim a hipótese 1.

Hipótese 1. O nível de divulgação está positivamente associado à dimensão da instituição financeira.

Perfil de cotação

A visibilidade das empresas cotadas é muito superior às empresas não cotadas, estando também sujeitas a maior monitorização das partes interessadas (Branco e Rodrigues, 2006a; Oliveira et al, 2006).

O perfil da cotação é avaliado pela cotação, ou não, na bolsa de valores portuguesa.

Assim, espera-se maior nível de divulgação.

Surge assim a hipótese 2.

Hipótese 2. O nível de divulgação está positivamente associado ao perfil de cotação da instituição financeira.

Idade da instituição financeira

De acordo com Owusu-Ansah (1998) há mais propensão por parte das empresas mais velhas à divulgação de mais informações, a fim de manter o seu alto nível competitivo, tendo provado que a antiguidade da empresa tem um efeito estatisticamente significativo e positivo na divulgação obrigatória em Hong Kong.

Também Al-Shammari et al. (2008) concluíram que a antiguidade é um fator determinante na explicação das práticas de divulgação obrigatória.

Mas as conclusões de Al-Akra et al. (2010), Mutawwa (2010) e Juhmani (2012) mostraram que a antiguidade não está relacionada com o índice de divulgação. A antiguidade da empresa corresponde ao número de anos passados desde a sua fundação e o termo do exercício em análise.

Não se consegue criar expectativa sobre associação dos fatores.

Surge assim a hipótese 3.

Hipótese 3. O nível de divulgação está associado à idade da instituição financeira.

Nível de confiança dos depositantes

Segundo Sabate'and Puente (2003, p. 281) haverá uma “relação estreita entre a confiança dos stakeholders e o nível de depósitos”. Quanto maior a confiança, maior o nível de depósitos atraídos para o banco (Sa'nchez-Ballesta e Bernal Llo'rens, 2010). Assim, o nível de sustentação da reputação deverá ser apoiado por um alto nível de divulgação sobre o risco.

O nível de confiança é medido pelo valor dos depósitos no final do período, relativamente ao total do ativo.

Considera-se, assim, grande possibilidade de associação positiva.

Surge assim a hipótese 4.

Hipótese 4. O nível de divulgação está positivamente associado ao nível de confiança dos depositantes da instituição financeira.

Competência de gestão de risco

Vários estudos encaminham-se para uma relação positiva entre divulgação e desempenho das empresas.

Inchausti (1997) considera que o conflito baseado na teoria de agência, leva à divulgação, por parte dos gestores, com a finalidade de obter vantagens pessoais. O interesse em ocultar baixos desempenhos leva à diminuição da divulgação.

Já Wallace et al. (1994) e Oliveira et al. (2006) não encontraram a existência de qualquer relação entre rendibilidade e divulgação, e Lang e Lundholm (1993) não consideram clara a existência de uma relação direta.

Considera-se provável que o órgão de gestão tende a divulgar voluntariamente mais informação para o mercado, quando a informação é positiva.

A competência de gestão teve como fator de análise o Tier 1.

A tendência é para associação positiva.

Surge assim a hipótese 5.

Hipótese 5. O nível de divulgação está positivamente associado à competência de gestão de risco da instituição financeira.

Concentração de capital

Não tem sido possível encontrar unanimidade na relação entre a concentração de capital e o cumprimento das divulgações (Hossain et al., 1994; Haniffa & Cooke, 2002)

Mckinnon e Dalimunth (1993) consideram que não existe um nível de divulgação voluntária que se possa considerar relacionado com a concentração de capital numa diversidade de empresas australianas.

Jensen e Meckling (1976) demonstraram a relação entre a teoria de agência e a concentração de propriedade da empresa e Raffounier (1995) que as instituições aumentam a divulgação no intuito de reduzir a assimetria de informação e os custos de agência.

Para essa análise considerou-se a percentagem total de acionistas, com percentagem superior a 2%.

Destas conclusões surge a dúvida se existe ou não relação entre o nível de divulgação e a concentração de capital.

Surge assim a hipótese 6.

Hipótese 6. O nível de divulgação está associado à concentração de capital da instituição financeira.

Valor da rendibilidade operacional do ativo

Não existe uma linha consensual de estudos que considere a rendibilidade associada à divulgação.

Cunha (2009), Setyadi et al. (2009) e Ballas e Tzovas, (2010), chegaram à conclusão de que existe uma associação positiva, no entanto, Wallace et al. (1994), Tower et al. (1999), Guerreiro (2006), Al-Shammari et al. (2008), Mutawwa (2010), Al-Akra et al. (2010) Costa (2012) e Juhmani (2012), não encontraram associação entre a rendibilidade da empresa e o nível de divulgações.

Wallace e Naser (1995) concluíram uma associação negativa entre as duas variáveis.

Como medida da rendibilidade, atendemos ao rácio de rendibilidade operacional do ativo (Resultado a dividir pelo total do ativo).

Os estudos são divergentes, portanto, não existe tendência.

Surge assim a hipótese 7.

Hipótese 7. O nível de divulgação está associado ao valor da rendibilidade operacional do ativo da instituição financeira.

Este estudo é um estudo de análise de conteúdo, em termos qualitativos, mas que terá o seu resultado traduzido em termos quantitativos, de forma a obter uma resposta mais direta e de análise de dados quantificados para que se verifique a qualidade da informação financeira dada.

De acordo com Santo (2010):

A análise de conteúdo é uma técnica que visa a sistematização de informação, de acordo com a aplicação de processos de codificação, categorização e inferência permitindo um alcance analítico de natureza quantitativa e/ou inferencial, consoante os objetivos e técnicas de análise. (p.66)

4. METODOLOGIA

4.1. Definição da Amostra

A amostra é constituída por 23 instituições classificadas, pelo Banco de Portugal, como “bancos”. O estudo incidirá sobre os períodos económicos de 2007 (ano da implementação do acordo de Basileia), 2010 e 2013. Serão observados 69 documentos relativos aos relatórios de contas de cada instituição e que se encontram no site do Banco de Portugal. As instituições analisadas estão mencionadas no anexo 1.

Para dar resposta à nossa questão de investigação surge o seguinte objetivo:

Adquirir maior conhecimento sobre o impacto da transposição das várias diretivas do Acordo de Basileia na divulgação do risco em 2007 (ano da implementação), 2010 e 2013.

4.2. Variáveis dependentes

As secções de gestão de risco, tanto do relatório de gestão, como das notas ao balanço e demonstração dos resultados foram sujeitas a análise de conteúdo. De acordo com Santo (2010, p. 66), “A análise de conteúdo é uma técnica que visa a sistematização de informação, (...) permitindo um alcance analítico de natureza quantitativa”.

Consistente com Beretta e Bozzolan (2004), Linsley et al. (2006) e Maffei et al. (2014) selecionou-se uma determinada unidade de codificação. Para o efeito, foi criada uma listagem de requisitos de divulgação, de acordo com os seguintes normativos: *International Accounting Standard* (IAS) 1 (Apresentação de Informações Financeiras Demonstrações), IAS 30 (Divulgações nas Demonstrações Financeiras de Bancos e Similares Instituições Financeiras), IAS 32 (Instrumentos Financeiros: Apresentação), IFRS 7 (Instrumentos Financeiros: Divulgações) e terceiro pilar do Acordo de Basileia II. Apesar de Milne e Adler (1999) argumentarem que como base de codificação as frases

são muito mais confiáveis do que qualquer outra unidade de análise, optou-se pela utilização de um sistema de codificação de binário para "ganhar uma apreciação global da escala e padrões de divulgação" (Woods et al 2008, p. 23), ou seja, se determinado item de divulgação for encontrado, atribui-se o número "1" e "0" no caso contrário.

Para o efeito foram estabelecidas 6 categorias de risco: "objetivos de gestão de risco e políticas", "risco operacional", "risco de liquidez", "risco de crédito", "risco de mercado" e "estrutura e adequação de capital". Para cada uma destas 6 categorias foi desenvolvida uma listagem de itens de divulgação. A análise de conteúdo foi realizada em três etapas: a) definição de um esquema de codificação apropriada (ver Anexo 2); b) desenvolvimento de procedimentos de julgamento; c) análise e codificação dos relatórios anuais. Na leitura dos documentos sujeitos a análise de conteúdo, foram adotados procedimentos que permitiram não penalizar a não divulgação no caso de um determinado item não ser relevante para a empresa (Cooke, 1992).

Consistente com Cooke (1992), um índice de divulgação de risco (IDR) foi construído para a empresa j no ano t :

$$IDR_{jt} = \frac{\sum_{i=1}^{n_{jt}} x_{ijt}}{n_j}, \quad 0 \leq IDR_{jt} \leq 1$$

onde n_{jt} é o número de itens de divulgação relevantes para a empresa j no ano t ($n_{jt} \leq 88$) e $x_{ijt} = 1$ se o item relevante de divulgação i for divulgado e 0 no caso contrário.

Para cada k categoria de risco considerada foi também calculado um índice de divulgação de risco:

$$IDR_{jkt} = \frac{\sum_{i=1}^{n_{jkt}} x_{ijkt}}{n_{jk}}, \quad 0 \leq IDR_{jkt} \leq 1$$

onde n_{jkt} é o número de itens de divulgação relevantes para a empresa j no ano t relativamente a cada uma das k categorias de risco envolvidas ($OGRP \leq 9$; $RO \leq 7$; $RL \leq 17$; $RC \leq 8$; $RM \leq 25$; $EAC \leq 22$) e $x_{ijkt} = 1$ se o item relevante de divulgação i for divulgado e 0 no caso contrário.

4.3. Variáveis independentes e de controlo

A Tabela 1 apresenta as variáveis independentes e a correspondente mensuração associada a cada uma, bem como o sinal esperado de acordo com as hipóteses levantadas.

Tabela 1: Variáveis independentes, mensuração e sinal esperado

Variáveis	Mensuração	Sinal Esperado
Dimensão	Total do ativo em euros	+
Perfil de cotação	Variável dummy = 1 se o banco estiver cotado num mercado de valores mobiliário regulado e 0 no caso contrário	+
Idade do banco	Número de anos de existência do banco desde a sua constituição.	?
Nível de confiança dos depositantes	Relação entre o total dos depósitos e o total do ativo	+
Competência na gestão do risco	Valor do rácio TIER1	+
Concentração de capital	Soma das participações qualificadas superiores a 2%	?
Rendibilidade	Relação entre o Resultado antes de impostos e o total do ativo	?

4.4. Modelo de estimação

O presente estudo pretende averiguar quais os fatores determinantes da informação sobre risco, divulgada pelos bancos Portugueses, no período de 2007-2013. Para o efeito, foi construído o seguinte modelo de estimação, baseado no modelo LSDV (*Least Square Dummy Variable*):

$$IDR_{jt} = \alpha_0 + \beta_1 \text{ Dimensão}_{jt} + \beta_2 \text{ Perfil de Cotação}_{jt} + \beta_3 \text{ Idade do Banco}_{jt} + \beta_4 \text{ Nível de confiança dos depositantes}_{jt} + \beta_5 \text{ Competência na Gestão do Risco}_{jt} + \beta_6 \text{ Concentração de Capital}_{jt} + \beta_7 \text{ Rendibilidade}_{jt} + \beta_8 \text{ Ano2010}_{jt} + \beta_8 \text{ Ano2013}_{jt} \dots + \mu_{jt}$$

Onde $t = \{2007, 2010, 2013\}$ e $j = 1, 2, \dots, n$ (n = amostra balanceada)

5. RESULTADOS

5.1. Análise descritiva

A Tabela 2 apresenta a percentagem de empresas que cumprem um determinado critério de divulgação.

Tabela 2: Informação de risco por item de divulgação

	2007	2010	2013
<i>Painél A: Objetivos de gestão de riscos e políticas</i>			
Chave de risco identificada.	83%	87%	87%
Riscos Genéricos identificados.	88%	92%	92%
Outras definições.	71%	75%	75%
Compreensão da divulgação do risco:			
· Inclui a definição de riscos nucleares;	83%	88%	83%
· Inclui uma descrição das estruturas de controlo globais;	79%	83%	83%
· Indica as medidas utilizadas para monitorar diferentes secções de gestão de risco			
categorias.	75%	79%	79%
Políticas contabilísticas.	46%	46%	50%
Secção de risco no relatório de gestão:			
· Notas sobre o financiamento do património financeiro;	50%	54%	54%
· Existência de referências cruzadas.	25%	21%	17%
<i>Painél B: Risco Operacional</i>			
Definição de risco operacional.	46%	71%	67%
Descrição do risco operacional e estrutura de controlo.	46%	71%	75%
Descrição do risco operacional e as políticas de gestão.	46%	71%	75%
Exposição do risco operacional.	21%	29%	29%
Clarificação do património financeiro sobre a adaptação dos sistemas de informação de risco para cumprir o acordo de Basileia II:			
- Adaptação das tecnologias da informação em conformidade com o acordo Basel II;	17%	29%	29%
- Adaptação concluída;	8%	13%	13%
- Recolha de incidentes para medir a exigência de capital.	13%	17%	21%
<i>Painél C: Risco de Liquidez</i>			
Definição de risco de liquidez.	71%	75%	75%
Descrição de risco de liquidez e estrutura de controlo.	79%	88%	88%
Descrição do risco de liquidez e políticas de gestão de risco.	83%	88%	88%
Exposição do risco de liquidez:			
- Análises da falta de liquidez através de tabelas:			
Estado de clarificação do conceito de maturidade:			
- O período remanescente até à data de reembolso,	63%	54%	50%
- A duração residual,	71%	58%	50%
- Maturidade,	71%	58%	50%
- Falha de liquidez,	50%	46%	42%
- Tempo de maturidade aproximado	42%	42%	42%
- Outros grupos isolados de maturidade;	17%	13%	17%
Conceitos clarificados de maturidade do património financeiro definidos para outros grupos de maturidade isolados:			
- Período remanescente até à data de reembolso,	13%	8%	13%
- Duração residual,	13%	8%	13%
- Maturidade,	13%	8%	13%
- Falta de liquidez;	8%	8%	8%
Tempo de maturidade aproximado para outros grupos isolados;	8%	8%	8%
Alinhamento claro entre a tabela gap de liquidez e as políticas de financiamento;	25%	33%	38%
Discussão clara de políticas de financiamento;	38%	50%	54%
Indicador chave de desempenho.	8%	17%	17%

Tabela 2: Informação de risco por item de divulgação (continuação)

	2007	2010	2013
<i>Painel D: Risco de crédito</i>			
Definição de risco de crédito;	83%	79%	75%
Descrição de risco de crédito e estrutura de controlo.	88%	92%	92%
Descrição de risco de crédito e políticas de gestão.	92%	96%	96%
Tamanho da exposição ao risco de crédito	75%	88%	88%
Tamanho dos ativos depreciados ou desvalorizados	38%	54%	46%
Tamanho colateral (outras melhorias realizadas):			
- Quantidade única atual;	25%	33%	38%
- Discussão sobre valores.	33%	33%	38%
Qualidade do risco de crédito	54%	54%	54%
<i>Painel E: Risco de mercado</i>			
Definição de risco de mercado:			
- Risco de mercado;	79%	79%	79%
- Risco de taxa de juro;	58%	63%	58%
- Risco cambial.	38%	42%	46%
Descrição de risco de mercado e estrutura de controlo.	71%	71%	75%
Descrição de risco de mercado e políticas de gestão de risco.	71%	71%	75%
Exposição ao risco de mercado:			
- Exposição ao risco cambial:			
- Posições liquidas dos balanços por moeda,	50%	54%	50%
- Posições de curto e longo prazo por moeda;	38%	42%	38%
- Exposição ao risco de taxa de juro:			
- Informação narrativa de interesse da taxa de exposição ao risco,	71%	71%	63%
- Apresentação de uma tabela de reavaliação gap,	33%	38%	38%
- Análise de valor de risco:			
Descrição de pressupostos e parâmetros de VaR,	50%	50%	54%
Os valores de VaR,	42%	46%	42%
Testes de stress:			
- Descrição genérica,	38%	54%	50%
- Detalhes dos modelos utilizados,	13%	21%	21%
- Resultados (apenas valores),	13%	25%	13%
- Resultados (por fator de risco),	0%	8%	4%
Backtest:			
- Descrição genérica,	29%	25%	21%
- Detalhes dos modelos utilizados,	8%	13%	13%
- Resultados (apenas valores),	0%	4%	4%
- Resultados (com discussão de gráficos)	0%	4%	4%
- Resultados (sem discussão de gráficos)	0%	0%	0%
Análise sensitiva:			
- Descrição dos pressupostos e dos parâmetros da análise sensitiva,	17%	8%	8%
- Resultados da análise sensitiva			
- Só valores,	8%	8%	13%
- Valores por países e maturidade,	4%	0%	4%
- Valores para património líquido, lucros e perdas,	4%	0%	4%
- Valores por categorias de risco de mercado.	0%	4%	4%

Tabela 2: Informação de risco por item de divulgação (continuação)

	2007	2010	2013
<i>Painél F: Estrutura e adequação do capital</i>			
Estrutura de capital:			
- Estrutura contabilística;	67%	54%	54%
- Quantidade de Tier 1;	25%	17%	38%
- Quantidade de Tier 2;	21%	13%	25%
- Quantidade de Tier 3;	0%	0%	0%
- Capital total elegível	42%	42%	42%
Adequação de capital:			
- Discussão da abordagem da adequação de capital;	17%	25%	29%
- Requisitos de capital para risco de crédito;	4%	4%	8%
- Requisitos de capital para risco de mercado;	4%	4%	4%
- Requisitos de capital para risco operacional;	0%	4%	4%
- Total do rácio de capital:			
- Só rácio de capital,	29%	33%	38%
- Evolução por ano,	21%	25%	33%
- Impacto das IAS / IFRS;	13%	13%	21%
- Rácio capital Tier 1;	29%	46%	58%
- Rácio capital Tier 2;	13%	21%	25%
- Total do rácio de capital de acordo com os requisitos do Basileia II.	4%	8%	8%
Clarificação de conformidade com todos os requisitos de prudência.	0%	0%	0%
Clarificação de não conformidade com todos os requisitos de prudência.	0%	0%	0%
Adaptação para cumprir os requisitos de Basileia II:			
- Declaração única;	17%	33%	38%
- Descrição de todas as medidas tomadas para o cumprimento.	8%	13%	8%
Abordagens a serem adotadas, para adequação do Capital no âmbito do Acordo de Basileia II:			
- Risco de crédito,	13%	17%	21%
- Risco de mercado,	4%	13%	13%
- Risco operacional.	8%	13%	25%

Painel A – Objetivos de Gestão de risco e políticas

Identificamos objetivos de gestão de risco e políticas em quase todos os itens constantes da tabela, pelo que o mesmo apresenta um valor percentual elevado.

No entanto, este valor tem vindo a diminuir nos pontos mais direcionados para a área da contabilidade (políticas contabilísticas; notas sobre o financiamento do património financeiro e existência de referências cruzadas).

No caso da existência de referências cruzadas, o valor é bastante reduzido.

Verifica-se ainda que, praticamente todos os itens subiram ao longo dos três períodos analisados, com exceção da existência de referências cruzadas que, apesar do baixo valor, ainda apresenta uma queda percentual.

Painel B - Risco Operacional

Verifica-se um crescimento considerável de todos os itens de divulgação analisados, no entanto, quer o item de exposição ao risco, quer os itens relacionados com o Basileia II, apresentam valores inferiores a trinta por cento, mostrando a fraca importância dada pelas instituições financeiras às diretrizes existentes.

Verifica-se, ainda, alguma conformidade com Oliveira (2011), quando o mesmo menciona que esta informação é de carácter voluntário, em 2006, mas nos anos em análise 2010 e 2013 a mesma tem um carácter obrigatório, não obstante a mesma continua a ser sobre a forma de narrativa, bem como imprecisa, talvez pelo facto das instituições terem receio que as mesmas causem danos na sua reputação.

Painel C – Risco de Liquidez

Quanto ao risco de liquidez, verifica-se uma melhoria na definição e descrição, no entanto, os dados relativos à clarificação do conceito da maturidade têm vindo a diminuir.

Quanto ao conceito de maturidade aplicado a outros grupos isolados, as percentagens são entre 8 a 13 por cento. Talvez por esta razão, os valores relativos às políticas de financiamento sejam ainda pouco consideráveis, apesar de se verificar maior preocupação com a sua divulgação. No entanto, o indicador chave de desempenho no último ano, 2013, apresenta apenas o valor de 17 por cento.

Painel D - Risco de crédito

Relativamente ao risco de crédito, podemos salientar que praticamente todos os itens tiveram um crescimento, embora este crescimento seja moderado.

Ao nível do risco de crédito, a divulgação de informações de risco obrigatórias (inclui informações sobre o tamanho da exposição ao risco de crédito, descrição do risco de crédito e estrutura de controlo e políticas de gestão, bem como o tamanho dos ativos depreciados e desvalorizados) foi fornecida pela maior parte das instituições nos anos analisados, pelo que o mesmo contribuiu

para assegurar a comparabilidade da informação fornecida, confirmando assim as pesquisas de Oliveira (2011) e PriceWaterhouseCoopers (2008).

Painel E - Risco de mercado

Relativamente às definições e descrições do risco de mercado, os valores apresentados são satisfatórios, no entanto, sempre que entramos em detalhes ou resultados, os valores têm uma queda brusca, quando comparados com definições ou descrições, sendo que alguns apresentam uma percentagem nula (0%).

Já Oliveira (2011) tinha verificado que apenas algumas das instituições utilizam medidas financeiras como o VAR, testes de Stress, back teste e análise sensitiva. No entanto, verifica-se que este tipo de medida tem vindo, ao longo dos anos, a ser mais utilizado, com exceção da análise sensitiva que apresenta, no nosso estudo, uma queda percentual na divulgação.

Tal como Oliveira (2011) constatou, os testes de stress e back teste são essenciais para avaliar a fiabilidade dos valores monetários do VAR e ajudar a definir o perfil de risco, de forma mais precisa.

Painel F – Estrutura e adequação de capital

A nível de Estrutura e adequação de capital, os valores apresentados são baixos, quando comparados com os demais, no entanto, grande parte dos itens tem vindo a melhorar, com especial atenção para a divulgação do rácio Tier I, que é o único que se apresenta, em 2013, com valores superiores a 50% (58%), além da estrutura contabilística (54%), contrariando o estudo efetuado por Oliveira (2011), que refere que as instituições financeiras divulgam para legitimar a sua posição perante os clientes. No nosso estudo, verificamos que as divulgações de estrutura e adequação de capital foram pouco cuidadas, o que poderá ser explicado pelo fato de estarmos a analisar anos de crise económica e financeira e, como tal, ser contraproducente a divulgação de certos valores não muito favoráveis à imagem da instituição.

A Tabela 3 apresenta os resultados da análise estatística descritiva, tanto para as variáveis dependentes, como para as variáveis independentes, utilizadas no estudo em causa.

Tabela 3: Estatística descritiva

	Mensuração	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Divulgação total	Percentagem	69	0.011	0.602	0.384	0.128
Objectivos de gestão de risco e políticas	Percentagem	69	0.000	1.000	0.709	0.209
Risco Operacional	Percentagem	69	0.000	1.000	0.400	0.324
Risco Liquidez	Percentagem	69	0.000	1.000	0.408	0.230
Risco Crédito	Percentagem	69	0.000	1.000	0.670	0.239
Risco Mercado	Percentagem	69	0.000	0.600	0.322	0.155
Estrutura e Adequação de Capital	Percentagem	69	0.000	0.591	0.194	0.158
Dimensão	Milhões Euros	69	2.266	116,551.000	5,930.520	21,189.632
Idade	Número	69	0.000	173.000	36.449	47.292
Nível de Confiança dos depositantes	Rácio	69	0.000	2.822	0.365	0.402
Competência na gestão de risco	Rácio	69	0.001	0.842	0.158	0.129
Concentração de capital	Percentagem	69	0.000	1.000	0.837	0.307
Rendibilidade	Rácio	69	-0.057	0.076	0.006	0.019
Perfil de cotação	Dummy		Soma	Percentagem		
		=1	15	78.3%		
		=0	54	21.7%		

A “Divulgação Total”, a variável alvo deste estudo, obteve uma percentagem média de 38,4%, conforme pode ser verificado na tabela acima, sendo, portanto, um nível de cumprimento inferior a 50%, pelo que se considera baixo o nível de cumprimento da divulgação. O índice de divulgação oscila entre um máximo de 60,2% e um mínimo de 1,1%. Mas a tendência dos dados recai muito perto da média visto o desvio padrão é de 12,8%.

Relativamente aos “objetivos de gestão de risco e políticas”, verifica-se um bom nível médio de divulgação de 70,9%. No entanto, a oscilação varia entre um máximo de 100% e um mínimo de 0% verificando-se que há instituições que no seu relatório não divulgam qualquer dos objetivos e outras divulgam todos os itens.

No que respeita às variáveis “risco operacional” (40%), “risco de liquidez” (40,8%), e “risco de mercado” (32,2%), verifica-se uma média inferior de divulgação. O “risco de crédito” apresenta uma média de 67%. Ao nível da oscilação, a mesma está entre um máximo de 100% e um mínimo de 0% com exceção do “risco de mercado” que tem como máximo de 60%.

A “estrutura e adequação de capital” é de todas as variáveis dependentes aquela que apresenta uma das mais baixas médias de divulgação (19,4%), sendo que a oscilação se apresenta com um máximo de 59,1% e um mínimo de 0%.

A variável “idade” indica que em média os bancos possuem 36 anos de existência, tendo sido analisados relatórios de instituições com um máximo de 173 anos de existência.

O “nível de confiança dos depositantes” apresenta, um rácio médio de 0,365, tendo como valor mínimo 0 e valor máximo 2,822 refletindo assim que algumas instituições não apresentam depósitos e outras, os depósitos são mais do dobro do seu ativo.

Relativamente à “competência para a gestão de risco” é indicado que o rácio Tier 1 (nível mínimo de capital que as instituições devem ter em função dos requisitos de fundos próprios, decorrentes dos riscos associados à sua atividade) apresenta uma média de 15,8%, um valor aceitável face às exigências do Banco de Portugal. No entanto, a oscilação, com um desvio padrão de 12,9%, de um máximo de 84,2% e um mínimo de 0,01%, mostra que existem instituições com um valor inferior ao desejável.

A concentração de capital é expressiva na sua média de 83,7%, sendo que existem instituições onde a totalidade do seu capital está distribuído por investidores com um valor superior a 2% e outras que não têm qualquer concentração de capital.

Nos vários períodos analisados, as várias instituições bancárias apresentam em média uma rentabilidade de 0,60%, tendo a mesma variado entre um mínimo de -5,7% e um máximo de 7,6%. Assim, os baixos níveis refletem a

consequência da análise que se efetua aos anos associados a um período de crise, com resultados negativos, nalgumas instituições.

Relativamente à variável Dummy, perfil de cotação, verifica-se que 78,3% das instituições financeiras são cotadas na bolsa de valores portuguesa, sendo que apenas 21,7% não são cotadas.

5.2. Análise bivariada

A Tabela 4 apresenta os resultados do teste de Kruskal-Wallis, e foi concebida para averiguar as diferenças na divulgação, ao longo dos três anos de análise.

Tabela 4: Testes de Kruskal-Wallis

	N	Média			Teste de Kruskal-Wallis	Asymp. Sig.
		2007	2010	2013		
Divulgação total	23	0.358	0.392	0.401	1.198	0.549
Objectivos de gestão de risco e políticas	23	0.691	0.720	0.715	0.066	0.967
Risco Operacional	23	0.292	0.447	0.460	4.038	0.133
Risco Liquidez	23	0.412	0.407	0.407	0.056	0.972
Risco Crédito	23	0.636	0.690	0.685	0.495	0.781
Risco Mercado	23	0.306	0.334	0.325	0.359	0.836
Estrutura e Adequação de Capital	23	0.160	0.188	0.233	2.186	0.335

Os resultados indicam que, ao longo dos três anos de análise, os níveis de divulgação total e, por cada uma das seis categorias de risco, não apresentam diferenças estatisticamente significativas.

A Tabela 5 apresenta os testes de aderência à normalidade de KolmogorovSmirnov, com a correção de Lilliefors e de Shapiro-Wilks.

Da análise da Tabela 5, verifica-se que apenas a variável divulgação total apresenta uma distribuição normal ($p\text{-value} > 0,05$), sendo que as restantes não seguem uma distribuição normal.

Tabela 5: Testes de aderência à distribuição normal

	Kolmogorov-Smirnov ^a			Shapiro-Wilk		
	Estatística	df	Sig.	Estatística	df	Sig.
Divulgação total	0.107	66	0.056	0.976	66	0.226
Objectivos de gestão de risco e políticas	0.250	66	0.000	0.873	66	0.000
Risco Operacional	0.201	66	0.000	0.872	66	0.000
Risco Liquidez	0.136	66	0.004	0.958	66	0.024
Risco Crédito	0.123	66	0.015	0.937	66	0.002
Risco Mercado	0.168	66	0.000	0.946	66	0.006
Estrutura e Adequação de Capital	0.172	66	0.000	0.922	66	0.000
Dimensão	0.404	66	0.000	0.295	66	0.000
Idade	0.387	66	0.000	0.638	66	0.000
Nível de Confiança dos depositantes	0.180	66	0.000	0.708	66	0.000
Competência na gestão de risco	0.247	66	0.000	0.695	66	0.000
Concentração de capital	0.347	66	0.000	0.602	66	0.000
Rendibilidade	0.161	66	0.000	0.893	66	0.000

a. Lilliefors Significance Correction

A Tabela 6 apresenta a matriz de correlações entre a variável dependente e as várias variáveis independentes.

Tabela 6: Matriz de correlações

	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)
Divulgação total	1.000							
Perfil de cotação	0.411 ***	1.000						
Dimensão	-0.051	-0.392 ***	1.000					
Idade	0.019	0.186	-0.114	1.000				
Nível de Confiança dos depositantes	0.243 **	0.322 ***	-0.095	0.312 ***	1.000			
Competência na gestão de risco	0.140	0.094	0.071	-0.288 **	0.043	1.000		
Concentração de capital	-0.302 **	-0.137	0.149	0.043	-0.173	-0.166	1.000	
Rendibilidade	0.084	0.163	0.038	-0.123	0.142	0.177	-0.034	1.000

***. Correlação significativa a ***0,01 (bilateral), **0,05 (bilateral), *0,1 (bilateral)

Os resultados da Tabela 6 indicam que a variável dependentes “divulgação total” apresenta uma correlação positiva estatisticamente significativa com o “perfil de cotação” (p-value < 0,01) e com o “nível de confiança dos depositantes” (p-value < 0,05). Por sua vez, apresenta uma correlação negativa estatisticamente significativa com a “concentração de capital” (p-value < 0,05). Tais resultados são consistentes com as hipóteses desenvolvidas. Contudo,

não existe correlação entre a “divulgação total” e as seguintes variáveis independentes: “dimensão”, “idade”, “competência de gestão de risco” e “rendibilidade”.

A existência de fracas correlações entre os preditores indica uma baixa multicolinearidade.

5.3. Análise multivariada

Para analisar o comportamento da divulgação total, efetuou-se uma análise de regressão múltipla com as seguintes variáveis explicativas: dimensão, perfil de cotação, idade, nível de confiança dos depositantes, competência na gestão de risco, concentração de capital e rendibilidade. Utilizou-se o modelo LSDV (*least square dummy variable*) para controlar potenciais efeitos anuais relacionados com cada exercício económico sob análise. Para o efeito, foram introduzidas as seguintes *dummies* anuais: 2010 e 2013.

A violação da normalidade da distribuição, sugerida pelos testes Kolmogorov-Smirnov (K-S) e Shapiro-Wilk, para a variável das variáveis independentes (tabela 5), pode ter consequências relevantes nas inferências sobre estas mesmas variáveis, quando trabalhadas no modelo de regressão, o que obrigou a, previamente, efetuar um procedimento de normalização de todas, através da transformação de Blom, conforme sugerido por Cooke (1998).

Os pressupostos do modelo foram verificados quanto a *outliers*, autocorrelação, multicolinearidade, heterocedasticidade e distribuição normal dos resíduos, sendo que a Tabela 7 apresenta os resultados do modelo de regressão utilizado. Para testar a existência de multicolinearidade, foram calculados os Value Inflated Factors. O maior destes valores ($VIF = 2,06$), sugere que o problema da multicolinearidade é mínimo. O teste de heterocedasticidade de White foi efetuado para testar a homogeneidade das variâncias dos resíduos, tendo sido corrigidos os erros padrão e a covariância pelos procedimento de White. O teste de Kolmogorov-Smirnov (com correção de Lilliefors) foi utilizado para testar a normalidade dos resíduos, sendo que os

resultados evidenciam que os mesmos seguem uma distribuição normal (p-value > 0,05). Para testar os níveis de autocorrelação, foi utilizada a estatística de Durbin-Watson (DW = 1,648).

Tabela 7: Resultados do modelo de regressão

	Sinal esperado	Divulgação total		
		Coeficientes	Estatística t	Sig.
Constante		-1.189	-4.142	0.000
Dimensão	+	0.225	2.021	0.048
Perfil de cotação	+	1.066	3.825	0.000
Idade	?	-0.287	-2.194	0.032
Nível de confiança dos depositantes	+	0.240	2.050	0.045
Competência na gestão de risco	+	-0.073	-0.570	0.571
Concentração de capital	?	-0.254	-2.006	0.050
Rendibilidade	?	-0.031	-0.288	0.775
Ano 2010		0.323	1.261	0.213
Ano 2013		0.648	2.177	0.034
Ajustamento do modelo:				
R ²			0.388	
R ² ajustado			0.287	
Estatística F			3.869	0.001
Estatística de Durbin-Watson			1.648	
Multicolinearidade (VIF<10)			< 2,06	
Normalidade dos resíduos:				
- Estatística de Kolmogorov-Smirnov			0.073	0.200

A Tabela 7 demonstra que o modelo de regressão é válido em termos globais, significando que é, em geral, estatisticamente significativo para explicar a divulgação de informação sobre risco (F = 3,869; p-value < 0,01). A obtenção de um R² ajustado de 0,287 evidencia o poder explicativo das variáveis independentes na variação da QRSE é de 28,7%.

Os resultados da Tabela 7 evidenciam que o nível de divulgação está associado positivamente ao “perfil de cotação” (p-value <0,01), com a

“dimensão” (p-value < 0,01) e com o “nível de confiança dos depositantes” (p-value < 0,01), sugerindo que as hipóteses H1, H2 e H4 são suportadas.

Assim, as instituições financeiras cotadas, com maior dimensão e com um maior nível de confiança dos depositantes, cumprem em maior escala com os requisitos da divulgação.

O nosso estudo corrobora os estudos que consideram haver uma relação entre a “dimensão” da empresa e o grau de divulgação (Raffounier, 1995; Wallace et al., 1994; Ahmed e Courtis, 1999; Cooke, 1989; García-Meca et al., 2005). Esta relação pode ser explicada pelo fato de a divulgação servir como instrumento de redução de assimetrias de informação (Brüggen et al., 2009 e García-Meca et al., 2005), assim como uma forma de redução dos conflitos e controle dos custos de agência (Chow e Wong-Boren, 1987).

O resultado sobre o “perfil de cotação” é consistente com os estudos de Branco e Rodrigues (2006a) e Oliveira et al. (2006). Ambos os estudos concluíram que a visibilidade das empresas cotadas é muito superior às empresas não cotadas, estando também sujeitas a uma maior monitorização das partes interessadas: os *stakeholders* relevantes. Daí se sentirem motivadas a divulgarem mais informação.

O resultado obtido sobre o “nível de confiança dos depositantes” poderá evidenciar que existe uma relação estreita entre a confiança dos stakeholders e o nível de depósitos (Sabaté and Puente, 2003, p. 281). Quanto maior a confiança, maior o nível de depósitos atraídos para o banco (Sánchez-Ballesta e Bernal Llórens, 2010), ou seja, as empresas incidem na divulgação com o objetivo de satisfazer as necessidades de informação exigidas pelos *stakeholders* relevantes, garantindo, desta forma, um contínuo fluxo de recursos essenciais à liquidez do banco, através dos depósitos.

Por sua vez, os resultados da tabela 6 também evidenciam que o nível de divulgação está associado negativamente com a “idade” e a “concentração de capital” (p-value <0,05), sugerindo que as hipóteses H3 e a H6 são suportadas.

Logo, as instituições financeiras com menor idade ou com menor concentração de capital cumprem mais com os requisitos da divulgação.

A conclusão do nosso estudo, relativamente à idade, não vai ao encontro do estudo de Owusu-Ansah (1998), que indica haver mais propensão das empresas mais velhas a divulgar mais informações, a fim de manter o seu alto nível competitivo, tendo provado que a antiguidade da empresa tem um efeito estatisticamente significativo e positivo na divulgação obrigatória em Hong Kong. Também Al-Shammari et al. (2008) concluíram que a antiguidade é um fator determinante na explicação das práticas de divulgação obrigatória. Tal facto poderá dever-se à especificidade das instituições abordadas que são instituições financeiras.

Relativamente à concentração de capital, ao contrário de vários estudos (Hossain et al., 1994; Haniffa & Cooke, 2002; Mckinnon e Dalimunth, 1993), foi encontrada uma relação negativa entre a concentração de capital e o cumprimento das divulgações. De acordo com Jensen e Meckling (1976), as empresas com menor concentração de capital e, portanto, com capitais dispersos, apresentam maiores custos de agência e assimetrias de informação. Uma forma de reduzir estas assimetrias e custos de agência é divulgando mais informação.

O nível de divulgação não está associado com a competência de gestão do risco e com a rendibilidade da instituição, visto que não se encontram níveis de associação estatisticamente significativos entre o nível de divulgação e as variáveis independentes. Logo, as hipóteses H5 e H7 não foram suportadas.

Inchausti (1997) considera que o conflito baseado na teoria de agência, leva os gestores a divulgar, com a finalidade de obter vantagens pessoais. O interesse em ocultar baixos desempenhos leva à diminuição da divulgação. No entanto, o nosso estudo não suporta esta conclusão.

O nosso estudo vai ao encontro de Wallace et al. (1994), Oliveira et al. (2006), Tower et al. (1999), Guerreiro (2006), Al-Shammari et al. (2008), Mutawwa (2010), Al-Akra et al. (2010) Costa (2012) e Juhmani (2012), quando não encontraram a existência de qualquer relação entre rendibilidade e divulgação.

CONCLUSÃO

O presente estudo procurou analisar possíveis fatores determinantes da divulgação do risco, de acordo com a IAS 1 (Apresentação de informações financeiras demonstrações), a IAS 30 (Divulgações nas demonstrações financeiras de bancos e similares instituições financeiras), a IAS 32 (Instrumentos financeiros: apresentação), a IFRS 7 (Instrumentos financeiros: divulgações) e o terceiro pilar do Acordo de Basileia II, das instituições financeiras que operam no território português, relativamente aos anos de 2007, 2010 e 2013 (períodos antes e após a adoção do acordo de Basileia).

Era expectável que os resultados obtidos, quanto ao grau de cumprimento, revelassem um incremento de divulgação relativamente aos anos de 2007, 2010 e 2013. No entanto, para nenhum dos indicadores foi atingida significância estatística, pelo que não há evidências de que haja um incremento significativo nos níveis de divulgação, ao longo do período de análise.

Os resultados evidenciam que o nível de divulgação está associado positivamente com o perfil de cotação, com a dimensão e com o nível de confiança dos depositantes, sugerindo que as hipóteses H1, H2 e H4 são suportadas e que o nível de divulgação está associado negativamente com a idade e a concentração de capital, sugerindo que as hipóteses H3 e a H6 são suportadas. Quanto à competência de gestão do risco e à rendibilidade, não se encontram níveis de associação estatisticamente significativos com o nível de divulgação. Logo, as hipóteses H5 e H7 não foram suportadas.

A expectativa de associação positiva suscitada nas hipóteses H1, H2 e H4 foi devidamente suportada. Já a mesma expectativa suscitada na hipótese H5 não foi suportada.

Observa-se, também, que, em média, as instituições financeiras não se preocupam em cumprir as recomendações do Banco de Portugal e, talvez assim, se explique o facto de não se conseguir encontrar uma evidência da evolução da divulgação. Talvez, tal possa ser explicado através da forte regulação do sector que exige a prestação de informação, diretamente ao supervisor, sobre o risco, deixando para segundo plano a divulgação de

informação relevante para os restantes *stakeholders*. Além disso, o setor bancário português caracteriza-se pela apresentação de elevados níveis de concentração de capital. Logo, os custos de agência são diminutos e as assimetrias de informação reduzidas, o que poderá justificar a baixa necessidade de prestar informação sobre o risco para o público em geral. A monitorização (disciplina de mercado), pelos *stakeholders* relevantes, poderá estar a ser efetuado no seio da empresa, ao nível dos vários órgãos societários: Conselho de Administração e Mesa da Assembleia Geral.

Algumas limitações do presente estudo surgem devido ao facto dos anos analisados serem referentes a um período de crise nacional e internacional e pelo facto do período em análise ser demasiado curto.

Deste modo, considera-se que, qualquer alteração a estes fatores influenciaria os resultados obtidos e, conseqüentemente, as conclusões.

Estudos futuros poderão ter mais variáveis independentes e incidir na análise de mais anos, e anos mais recentes, e poderão também ser comparados com outro país europeu, no sentido de se averiguar eventuais diferenças nos níveis de divulgação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ahmed, K. & Courtis, J. K. (1999), Associations Between Corporate Characteristics and Disclosure levels in Annual Reports: A Meta-Analysis, *The British Accounting Review*, 31, 35-61. doi:10.1006/bare.1998.0082
- Al-Akra, M., Ali, M. & Eddie, I. (2010), The influence of the introduction of accounting disclosure regulation on mandatory disclosure compliance: Evidence from Jordan, *The British Accounting Review*, 42, 170-186.
- Al-Shammari, B., Brown, P. & Tarca, A. (2008), An Investigation of Compliance with International Accounting Standards by Listed Companies in the Gulf Co-Operation Council Member States. Acedido em 21/02/2016, disponível em <http://ssrn.com/abstract=963574>.
- Avram, K. J., & Skully, M. (2008). Australian banks ' disclosure of operational Risk. *Monash Business Review*, 3(2), 1–9.
- Ballas, A., & Tzovas, C. (2010), An empirical investigation of Greek firms compliance to IFRS disclosure requirements, *International Journal of Managerial and Financial Accounting*, 2(1), 40-62.
- Balassa, B. (1972). *Teoria da integração económica* (2ª edição). Porto: Editora Clássica.
- Bank for International settlements. *The amendment to the capital accord to incorporate market risk*. Basel Committee on Banking Supervision, 1–57, Acedido em 30/06/2016, disponível em <http://www.bis.org/>.
- Bank for International settlements. *Basel III: A global regulatory framework for more resilient banks and banking systems*. Basel Committee on Banking Supervision Basel, 1–77 Acedido em 06/07/2016, disponível em <http://www.bis.org/publ/bcbs189.pdf>.
- Bank International Supervision. *The Accord Amendment for Market Risk*. Basel Committee on Banking Supervision, Acedido em 08/06/2016, disponível em <http://www.bis.org/>.
- Barakat, A., & Hussainey, K. (2013). Bank governance, regulation, supervision, and risk reporting: evidence from operational risk disclosures in European

- banks. *International Review of Financial Analysis*, 30, 254–273.
- Basel Committee on Banking Supervision. *The new Basel Capital Accord*
Acedido a 19/05/2016, disponível em
<http://www.bis.org/bcbs/publ/d342.pdf>.
- Beattie, V., McInnes, B., & Fearnley, S. (2004). A methodology for analysing and evaluating narratives in annual reports: a comprehensive descriptive profile and metrics for disclosure quality attributes. *Accounting Forum*, 28(3), 205–236. doi:10.1016/j.accfor.2004.07.001.
- Beattie, V., & Thomson, S. J. (2007). Lifting the lid on the use of content analysis to investigate intellectual capital disclosures. *Accounting Forum* 31(2), 129–163.
- Beretta, S., & Bozzolan, S. (2004). A framework for the analysis of firm risk communication. *The International Journal of Accounting*, 39(3), 265–288. doi:10.1016/j.intacc.2004.06.006.
- Bowman, E. H. (1984). Content analysis of annual report for corporate strategy and risk. *interfaces*, 14(1), 61–71.
<http://pubsonline.informs.org/doi/abs/10.1287/inte.14.1.61>.
- Branco, M.C. & Rodrigues, L.L. (2006), *Communication of corporate social responsibility by Portuguese banks: a legitimacy theory perspective*, *Corporate Communications: An International Journal*, 11 (3), p. 232-248.
- Brüggen A. (2009), Intellectual Capital Disclosure: Evidence from Australia. *Management Decision Journal*, 47 (2), 233-245.
- Chow, C. W. & Wong-Boren, A. (1987), Voluntary Financial Disclosure by Mexican Corporations, *The Accounting Review*, 62, 533-541.
- Comissão Europeia. (2015). A União Económica e Monetária e o euro. *Compreender as políticas da União Europeia*. doi:10.2775/20169.
- Cooke, T. E. (1989), Disclosure in the Corporate Annual Reports of Swedish Companies, *Accounting and Business Research*, 19 (74), 113-114.
- Cooke, T. E. (1992). The impact of size, stock market listing and industry type on disclosure in the annual reports of Japanese listed corporations.

Accounting and Business Research, 22(87), 229–237.

Costa, F. (2012), A divulgação dos Ativos Fixos Tangíveis segundo a IAS 16 e o seu grau de cumprimento: uma análise ao anexo, Dissertação de Mestrado em Contabilidade, Universidade do Minho, Escola de Economia e Gestão.

Cunha, P. (2009), O grau de cumprimento com os requisitos previstos na IAS 16: Estudo das empresas cotadas em Espanha, Dissertação de Mestrado em Contabilidade, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa.

Deegan, C. (2002). Introduction: The legitimising effect of social and environmental disclosures – a theoretical foundation. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 15(3), 282–311. doi:10.1108/09513570210435852.

Deegan, C., & Unerman, J. (2011). Financial accounting theory. *UK Higher Education Business Accounting* (2ª edição). McGraw-Hill Education.

Denscombe, M. (1998). *The Good Research Guide for Small-scale Social Research Projects*. Open University Press.

Dobler, M., Lajili, K., & Zéghal, D. (2011). Attributes of corporate risk disclosure: an international investigation in the manufacturing sector. *Journal of International Accounting Research*, 10(2), 1–22. doi:10.2308/jiar-10081.

E.Stiglitz, J. (2002). *Globalization and its Discontents*. (N. & Company, Ed.). New York, USA.

Freeman, R. E., Wicks, A. C., & Parmar, B. (2004). Stakeholder Theory and The Corporate Objective Revisited. *Organization Science*, 15(3), 364–369. doi:10.1287/orsc.1040.0066.

Frolov, M. (2007). Why do we need mandated rules of public disclosure for banks?. *Journal of Banking Regulation*, 8(2), 177–191. doi:10.1057/palgrave.jbr.2350045.

García-Meca, E., Parra, I., Larrán, M., & Martínez, I. (2005). The Explanatory Factors of Intellectual Capital Disclosure to Financial Analysts. *European Accounting Review*, 14 (1), 63-94.

- Guerreiro, M. (2006), Impacto da adopção das International Financial Reporting Standards: fatores explicativos do nível de informação divulgada pelas empresas portuguesas cotadas. *Contabilidade e Gestão*, 3, 7-32.
- Guthrie, J., Petty, R., Yongvanich, K., & Ricceri, F. (2004). Using content analysis as a research method to inquire into intellectual capital reportingnull. *Journal of Intellectual Capital*, 5(2), 282–293. doi:10.1108/14691930410533704.
- Haniffa, R. M. & Cooke, T. E. (2002), Culture, Corporate Governance and Disclosure in Malaysian Corporations. *Abacus*, 38, 317–349.
- Hossain, M., Tan, L. M. & Adams, M. (1994), Voluntary Disclosure in an Emerging Capital Market: Some Empirical Evidence from Companies Listed on Kuala Lumpur Stock Exchange. *The International Journal of Accounting*, 29, 334–351.
- Huang, R. (2006). Bank disclosure index: global assessment of bank disclosure practices. *Social Science Research Network*, 1–39. Acedido em 25/01/2016, disponível em <http://papers.ssrn.com/abstract=1425915>. .
- ICAEW. (2011). *Reporting business risks: meeting expectations*. Edinburgh: Information for Better Markets Initiative.
- Inchausti, B. (1997), The influence of company characteristics and accounting regulation on information disclosed by Spanish firms. *European Accounting Review*, 6(1), 45-68.
- Jensen, M. e Meckling, W. (1976), Theory of the Firm: Managerial Behavior, Agency Costs and Ownership Structure. *Journal of Financial Economics*, 2(4), 305-360.
- Juhmani, O. (2012), Factors influencing the extent of corporate compliance with IFRS: evidence from companies listed in Bahrain Stock Exchange, *Journal of International Business and Economics*. Acedido a 25/01/2016, disponível em <http://www.freepatentsonline.com/article/Journal-International-BusinessEconomics/293950230.htm>
- Krippendorff, K. (2012). *Content Analysis: An Introduction to its Methodology*.

Sage.

- Krugman, P. & Venables, A. J. (1995). Globalization and the inequality of nations. *Quarterly Journal of Economics*.
- Lang, M. & Lundholm, R. (1993), Cross-Sectional Determinant of Analyst Ratings of Corporate Disclosures, *Journal of Accounting Research*, 31, 246–271.
- Linsley, P. M., Shrives, P. J., & Crumpton, M. (2006). Risk disclosure: An exploratory study of UK and Canadian banks. *Journal of Banking Regulation*, 7(3-4), 268–282.
- Maffei, M., Aria, M., Fiondella, C., Spanò, R., & Zagaria, C. (2014). (Un)useful risk disclosure: explanations from the Italian banks. *Managerial Auditing Journal*, 29(7), 621–648. doi:10.1108/MAJ-11-2013-0964.
- McKinnon, J. L. & Dalimunthe, L. (1993), Voluntary Disclosure of Segment Information by Australian Diversified Companies, *Accounting and Finance*, 33, 33–50.
- Mendonça, A., Faustino, H. C., Branco, M., & Filipe, J. P. (1998). *Economia Financeira Internacional*. Lisboa: McGraw-Hill.
- Miihkinen, A. (2012). What drives quality of firm risk disclosure? the impact of a national disclosure standard and reporting incentives under IFRS. *The International Journal of Accounting*, 47(4), 437–468. doi:10.1016/j.intacc.2012.10.005.
- Milne, M. J. & Adler, R. W. (1999). Exploring the reliability of social and environmental disclosures content analysisnull. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 12(2), 237–256. doi:10.1108/09513579910270138.
- Mokhtar, E. S. & Mellett, H. (2013). Competition, corporate governance, ownership structure and risk reporting. *Managerial Auditing Journal*, 28(9), 838–865. doi:10.1108/MAJ-11-2012-0776.
- Mutawwa, A. (2010), Disclosure Level And Compliance With IFRSs: An Empirical Investigation Of Kuwaiti Companies, *International Business & Economics Research Journal*, 9(5), 33-50.

- O'Donovan, G. (2002). Environmental disclosures in the annual report: Extending the applicability and predictive power of legitimacy theory, *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 15(3), 344–371. doi:10.1108/09513570210435870.
- Oliveira, L., Rodrigues, L.L. & Craig, R. (2006), Firm-specific determinants of intangibles reporting: evidence from Portuguese stock market, *Journal of Human Resources Costing and Accounting*, Vol. 10 No. 1, 11-33.
- Oliveira, J., Rodrigues, L. L., & Craig, R. (2011a). Risk-related disclosure practices in the annual reports of Portuguese credit institutions: an exploratory study. *Journal of Banking Regulation*, 12(2), 100–118. Disponível em <http://www.palgrave-journals.com/jbr/index.html>. .
- Oliveira, J., Rodrigues, L. L., & Craig, R. (2011b). Voluntary risk reporting to enhance institutional and organizational legitimacy: evidence from portuguese banks. *Journal of Financial Regulation and Compliance*, 19(3), 271–289. doi:10.1108/13581981111147892.
- Owusu-Ansah, S. (1998), The impact of corporate attributes on the extent of mandatory disclosure and reporting by listed companies in Zimbabwe, *The International Journal of Accounting*, 33(5), 605-631.
- PriceWaterhouseCoopers (2008), Accounting for Change: Transparency in the Midst of Turmoil: A Survey of Banks' 2007 Annual Reports, *PriceWaterhouseCoopers*, London.
- Raffounier, B. (1995), The Determinants of Voluntary Financial Disclosure by Swiss Listed Companies, *The European Accounting Review*, 4 (2), 261-280.
- Sabate, J.M.F. & Puente, E.Q. (2003), The concept and measurement of corporate reputation: an application to Spanish financial intermediaries, *Corporate Reputation Review*, Vol. 5 No. 4, 280-301.
- Samir, A. (2000). *Os desafios da mundialização*. Dinossauro Editora. Lisboa.
- Sánchez-Ballesta, J.P. & Bernal Llorens, M. (2010), Monitoring, reputation and accountability in issuing banks in mid-nineteenth-century Spain, Explorations, in *Economic History*, Vol. 47 No. 4, 403-19

- Santo, P. E. (2010). *Introdução à metodologia das ciências sociais - génese, fundamentos e problemas*. Edições Sílabo. Lisboa.
- Schrand, C. M. & Elliott, J. A. (1998). Risk and financial reporting: a summary of the discussion at the 1997 AAA/FASB. *Accounting Horizons*, 12(3), 271–282.
- Smith, M. & Taffler, R. J. (2000). The chairman's statement: A content analysis of discretionary narrative disclosures. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 13(5), 624–647. doi:10.1108/09513570010353738.
- Setyadi, A., Brown, A., Rusmin & Tower, G. (2009), Indonesia aggregated accounting regulatory compliance, *Jaai*, 13(2), 99-129.
- Teixeira, A. A. C. & Tavares-Lehmann, A. T. (2007). *Investimento directo estrangeiro, capital humano e inovação*. Vida Económica. Porto.
- Tower, G., Phil, H. & Ross, T. (1999), A regional study of listed companies compliance with international accounting standards, *Accounting Forum*, 23(3), 293-305.
- Vilelas, J. (2009). *Investigação o processo de construção do conhecimento*. Edições Sílabo. Lisboa.
- Wallace, R., Naser, K. & Mora, A. (1994), The relationship between the comprehensiveness of corporate annual reports and firm characteristics in Spain, *Accounting and Business Research*, 24, 41-53.
- Wallace, R. & Naser, K. (1995), Firm specific determinants of the comprehensiveness of mandatory disclosure in the corporate annual reports of firms listed on the stock exchange of Hong Kong, *Journal of Accounting and Public Policy*, 14, 311-368.
- Woods, M., Kajüter, P. & Linsley, P. (2007). *Risk management systems, internal control and corporate governance*. London: Butterworth Heinemann.
- Woods, M., Dowd, K. & Humphrey, C. (2008). Market risk reporting by the world's top banks: evidence on the diversity of reporting practice and the implications for international accounting harmonisation. *Spanish Accounting Review*, 11(2), 9–42.

Anexo 1: Instituições financeiras da amostra

Identificação das Instituições Financeiras

Ativo bank

Bai Europa

Banif

BBVA

BCP

BIC

BPI

Caixa BI

Caixa Agricola Central

CGD

Credibom

Efisa

Finantia

Invest

Investimento Global

Investimento Imobiliário

Madesant

Montepio

Popular

Português de gestão

Primus

Santander Consumer

Santander Totta

Anexo 2: Grelha dos requisitos de divulgação

Itens de divulgações relacionados com o risco

Painel A: Objetivos de gestão de riscos e políticas

Chave de risco identificada.

Riscos Genéricos identificados.

Outras definições.

Compreensão da divulgação do risco:

Inclui a definição de riscos nucleares;

Inclui uma descrição das estruturas de controlo globais;

Indica as medidas utilizadas para monitorar diferentes secções de gestão de risco categorias.

Políticas contabilísticas.

Secção de risco no relatório de gestão:

Notas sobre o financiamento do património financeiro;

Existência de referências cruzadas.

Painel B: Risco Operacional

Definição de risco operacional.

Descrição do risco operacional e estrutura de controlo.

Descrição do risco operacional e as políticas de gestão.

Exposição do risco operacional.

Clarificação do património financeiro sobre a adaptação dos sistemas de informação de risco para cumprir o acordo de Basileia II:

Adaptação das tecnologias da informação em conformidade com o acordo Basel II;

Adaptação concluída;

Recolha de incidentes para medir a exigência de capital.

Painel C: Risco de Liquidez

Definição de risco de liquidez.

Descrição de risco de liquidez e estrutura de controlo.

Descrição do risco de liquidez e políticas de gestão de risco.

Exposição do risco de liquidez:

Análises da falta de liquidez através de tabelas:

Estado de clarificação do conceito de maturidade:

O período remanescente até à data de reembolso;

A duração residual;

Maturidade;

Falha de liquidez;

Tempo de maturidade aproximado;

Outros grupos isolados de maturidade.

Conceitos clarificados de maturidade do património financeiro definidos para outros grupos de maturidade isolados:

Período remanescente até à data de reembolso;

Duração residual;

Maturidade;

Falta de liquidez;

Tempo de maturidade aproximado para outros grupos isolados;

Alinhamento claro entre a tabela gap de liquidez e as políticas de financiamento;

Discussão clara de políticas de financiamento;

Indicador chave de desempenho.

Painel D: Risco de crédito

Definição de risco de crédito.

Descrição de risco de crédito e estrutura de controlo.

Descrição de risco de crédito e políticas de gestão.

Tamanho da exposição ao risco de crédito.

Tamanho dos ativos depreciados ou desvalorizados.

Tamanho colateral (outras melhorias realizadas):

Quantidade única atual.

Discussão sobre valores.

Qualidade do risco de crédito

Painel E: Risco de mercado

Definição de risco de mercado:

Risco de mercado;

Risco de taxa de juro;

Risco cambial.

Descrição de risco de mercado e estrutura de controlo.

Descrição de risco de mercado e políticas de gestão de risco.

Exposição ao risco de mercado.

Exposição ao risco cambial:

Posições líquidas dos balanços por moeda;

Posições de curto e longo prazo por moeda.

Exposição ao risco de taxa de juro:

Informação narrativa de interesse da taxa de exposição ao risco;

Apresentação de uma tabela de reavaliação gap.

Análise de valor de risco:

Descrição de pressupostos e parâmetros de VaR;

Os valores de VaR.

Testes de stress:

Descrição genérica;

Detalhes dos modelos utilizados;

Resultados (apenas valores);

Resultados (por fator de risco).

Backtest:

Descrição genérica;

Detalhes dos modelos utilizados;

Resultados (apenas valores);

Resultados (com discussão de gráficos);

Resultados (sem discussão de gráficos).

Análise sensitiva:

Descrição dos pressupostos e dos parâmetros da análise sensitiva;

Resultados da análise sensitiva;

Só valores;

Valores por países e maturidade;

Valores para património líquido, lucros e perdas;

Valores por categorias de risco de mercado.

Painel F: Estrutura e adequação do capital

Estrutura de capital:

Estrutura contabilística;

Quantidade de Tier 1;

Quantidade de Tier 2;

Quantidade de Tier 3;

Capital total elegível.

Adequação de capital:

Discussão da abordagem da adequação de capital;

Requisitos de capital para risco de crédito;

Requisitos de capital para risco de mercado;

Requisitos de capital para risco operacional.

Total do rácio de capital:

Só rácio de capital;

Evolução por ano;

Impacto das IAS / IFRS;

Rácio capital Tier 1;

Rácio capital Tier 2;

Total do rácio de capital de acordo com os requisitos do Basileia II;

Clarificação de conformidade com todos os requisitos de prudência;

Clarificação de não conformidade com todos os requisitos de prudência.

Adaptação para cumprir os requisitos de Basileia II:

Declaração única;

Descrição de todas as medidas tomadas para o cumprimento.

Abordagens a serem adotadas, para adequação do Capital, no âmbito do Acordo de Basileia II:

Risco de crédito;

Risco de mercado;

Risco operacional.